

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LÍVIA MACHADO CARBONELL

**FLUXOS MUNDIAIS DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E A
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL COMO RECEPTOR DESSES INVESTIMENTOS**

Brasília

2008

LÍVIA MACHADO CARBONELL

**FLUXOS MUNDIAIS DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E A
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL COMO RECEPTOR DESSES INVESTIMENTOS**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB, requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Alaor Sílvia Cardoso

Brasília

2008

CARBONELL, Livia Machado.

Fluxos mundiais de investimento estrangeiro direto e a participação do Brasil como receptor desses investimentos/ Livia Machado Carbonell. – Brasília, 2008.

98 f.

Dissertação apresentada para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Orientador: Prof. Alaor Sílvia Cardoso.

1. Investimento Estrangeiro Direto. 2. Internacionalização da Produção. 3. Características do Brasil como Receptor de Investimentos. I. Título.

LÍVIA MACHADO CARBONELL

**FLUXOS MUNDIAIS DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E A
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL COMO RECEPTOR DESSES INVESTIMENTOS**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB, requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Alaor Sílvio Cardoso

Brasília, 30 de junho de 2008

Banca Examinadora

Prof. Alaor Sílvio Cardoso
Orientador

Prof. Roberto Carlito Zanetti
Examinador

Prof. Cláudio Barra
Examinador

Dedico este trabalho à minha família,
que sempre me encorajou e apoiou
incondicionalmente.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais e irmão pelo apoio, companheirismo e pela colaboração prestada em todos os momentos que precisei.

Aos amigos, que muito me incentivaram.

Aos entrevistados, que generosamente compartilharam suas experiências e conhecimentos.

Aos mestres que tive no decorrer do curso, em especial ao professor Alaor Cardoso, que não apenas foi um grande mentor em sala de aula, mas também soube compreender minha visão sobre o tema e transmitir sua experiência e conhecimento na orientação do presente trabalho, sempre com muita paciência e profunda dedicação.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO	4
CAPÍTULO 2 FLUXOS DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO MUNDO	6
2.1 Fluxos atuais de Investimento Estrangeiro Direto	6
2.2 Perspectivas de Investimento no Mundo	15
CAPÍTULO 3 ASPECTOS CONSIDERADOS PELAS EMPRESAS AO DIRECIONAR SEUS INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	21
CAPÍTULO 4 IMPACTOS DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA ECONOMIA RECEPTORA	28
CAPÍTULO 5 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL	32
5.1 Definições e procedimentos envolvendo capitais estrangeiros no Brasil	32
5.2 Aspectos externos e internos que influenciaram os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto a partir da década de 1980	37
5.3 Características do Brasil como receptor de Investimento Estrangeiro Direto	49
5.3.1 <i>Fatores internos que influenciam a atração de Investimento Estrangeiro Direto pelo Brasil</i>	49
5.3.2 <i>Principais países de origem dos Investimentos Estrangeiros Diretos recebidos pelo Brasil</i>	56
5.3.3 <i>Investimentos no Brasil por setor da economia</i>	58
5.4 Efeitos dos Investimentos Estrangeiros Diretos recebidos pelo Brasil a partir da década de 1990	60
5.5 Sistema federal brasileiro de atração de Investimentos	68

CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas realizadas	85

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	10 Maiores Receptores de IED, 2006 (USD Bilhões)	8
FIGURA 2	Economias mais atraentes para a alocação de IED, 2007-2009 (Número total de respostas)	11
FIGURA 3	Prospectos de IED por região receptora, 2007-2009 (porcentagem de respostas)	15
FIGURA 4	Preferências de Investimento por Região Receptora, 2006 e 2007- 2009 (nota média)	16
FIGURA 5	Fluxos de Saída de IED, 2000-2006 (USD bilhões)	17
FIGURA 6	Variação esperada na expedição de IED por região de origem, 2006-2009 (porcentagem das respostas)	18
FIGURA 7	CrITÉrios de localização em ordem de importância, 2007-2009 (porcentagem das respostas)	22
FIGURA 8	Importância de fatores de risco para decisões de IED, 2007-2009 (porcentagem das respostas)	24
FIGURA 9	PIB do Brasil - Anual - R\$ (milhões)	50
FIGURA 10	Redução da Inflação - IPCA acumulado em 12 meses	51
FIGURA 11	Dívida Pública – inversão de sua trajetória (% PIB)	51
FIGURA 12	Sistema Federal de Atração de Investimentos	74
TABELA 1	Fluxos de Entrada de IED, 1998-2007 (USD bilhões)	7
TABELA 2	Fluxos de Entrada de IED, principais receptores, 2006 (valores a partir de 2003 – USD bilhões)	8
TABELA 3	Fatores atraindo investimento por região, 2007-2009 (porcentagem do número total de respostas para todos os fatores na região)	9
TABELA 4	Fluxos de Entrada de IED, 1971 - 2006	47
TABELA 5	Principais países com Investimentos Diretos no Brasil (em USD Milhões)	57
TABELA 6	IED por setor produtivo - participação no total recebido (em %)	59

LISTA DE SIGLAS

APEX-Brasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos
BACEN	Banco Central do Brasil
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
DPG	Divisão de Programas de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil
ET	Empresa Transnacional
EUA	Estados Unidos da América
F&A	Fusões e Aquisições
FMI	Fundo Monetário Internacional
GM	General Motors
IED	Investimento Estrangeiro Direto
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i> – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade de Poder de Compra
PED	Países em Desenvolvimento
RDE-IED	Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Externo Direto
RENAI	Rede Nacional de Informações sobre o Investimento
SECOMS	Setores Comerciais das Embaixadas Brasileiras no Exterior
SISBACEN	Sistema de Informações do Banco Central do Brasil
SIPRI	Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

TRIMS	<i>Trade Related Investment Measures</i> – Medidas de Investimento com Efeitos Restritivos e Distorcivos Sobre o Comércio
UE	União Européia
UE-12	Grupo dos 10 países que entraram na UE em 2004, mais a Romênia e a Bulgária, que entraram em 2007
UE-15	Grupo dos 15 países membros da UE antes da expansão realizada em maio de 2004
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i> – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WIPS	<i>World Investment Prospects Survey</i>
WIR	<i>World Investment Report</i>
ZPE	Zonas de Processamento de Exportações

RESUMO

CARBONELL, Livia Machado. *Fluxos mundiais de investimento estrangeiro direto e a participação do Brasil como receptor desses investimentos*. Centro Universitário de Brasília. Professor Orientador: Alaor Sílvio Cardoso. Junho de 2008.

O presente trabalho tem por objetivo analisar o fluxo mundial de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e a participação do Brasil como receptor desses investimentos. Sendo assim, é realizada uma análise dos fluxos mundiais de IED, apresentando suas principais origens e destinos, fatores que influenciam essa movimentação e as perspectivas para esses investimentos nos próximos anos. Também são apresentados os principais fatores que as empresas consideram ao direcionar seus investimentos no exterior, bem como os efeitos dos mesmos nas economias receptoras. Finalmente, é verificada a situação do Brasil em meio a esses fluxos, através da apresentação da legislação brasileira referente a esse tema, da análise da participação do país como receptor de IED a partir da década de 1980, da exposição das características do país como receptor de investimentos e da apresentação do sistema federal brasileiro voltado para a atração de investimentos. Finalmente, conclui que o Brasil pode ampliar consideravelmente a sua participação como receptor de IED, mas que para tanto se faz necessária a realização de uma série de reformas, em especial no que diz respeito aos procedimentos burocráticos, encargos tributários e relativos ao emprego de mão-de-obra, qualificação da mão-de-obra nacional, melhoria da infra-estrutura do país e a adequação do sistema federal de atração de investimentos do Brasil.

ABSTRACT

CARBONELL, Livia Machado. *Foreign Direct Investment Global Flows and the Brazilian participation as a receptor of such investments*. Centro Universitário de Brasília. Advisor Professor: Alaor Sílvia Cardoso. June, 2008.

The major purpose of this paper is to examine the global flow of Foreign Direct Investments (FDI) and the Brazilian participation as a receptor of such investments. Therefore, it makes an analysis of global flows of FDI, presenting its origins and destinations, factors that influence the flow and the prospects for such investments in the coming years. Also, presents the major factors that companies consider when direct their investments abroad and the effects of such investments in the host economies. Then, it verifies the Brazilian situation in the midst of these flows, through the presentation of Brazilian legislation concerning this issue, the analysis of the participation of the country as receptor of FDI since the decade of 1980, the exposure of the country characteristics as a receptor of investments and the presentation of the Brazilian federal system dedicated to the attraction of investments. Finally, contends that Brazil can expand significantly its participation as a recipient of FDI, but for that it's needed a series of reforms, particularly related to the bureaucratic procedures, tax costs, costs regarding the employment of the workforce, qualification of the national workforce, improving of the national infrastructure and the adequacy of the Brazilian federal system for attracting investments.

INTRODUÇÃO

Investimentos são aplicações de recursos com o objetivo de receber retorno superior ao aplicado, ou seja, com expectativa de lucro. Esse investimento pode ser direto, quando se trata da criação ou aquisição de empresas, ou indireto (de portfólio), quando se refere a empréstimos, ações ou financiamentos.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Investimento Estrangeiro Direto (IED) consiste na aquisição de um interesse duradouro em uma economia que não aquela onde o investidor reside. O interesse duradouro implica em uma relação de longo prazo entre o investidor direto e a empresa receptora do investimento e geralmente confere ao investidor uma voz ativa, ou o potencial para uma voz ativa, no gerenciamento da empresa receptora. Sendo assim, o investimento é considerado direto quando o investidor adquire 10% ou mais das ações ordinárias ou do poder de voto de uma empresa no exterior¹.

Em 2007, o PIB mundial atingiu o valor de USD 65,6 trilhões², e os fluxos mundiais de IED movimentaram USD 1,5 trilhões, o que representou 2,29% do valor total do PIB mundial. Dos referidos fluxos de IED, USD 438,4 bilhões foram direcionados para economias em desenvolvimento³ (28,5%)⁴ e, de acordo com dados do Banco Central do Brasil, o Brasil recebeu USD 33,7 bilhões em IED nesse mesmo ano⁵. Sendo assim, o país recebeu 7,69% do total de IED direcionado para os países em desenvolvimento e 2,19% do total mundial. Esse valor representou um recorde nos IED recebidos pelo país, mas é importante observar que a participação do Brasil como

¹ INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Foreign Direct Investment in Emerging Market Countries—Report of the Working Group of the Capital Markets Consultative Group* (CMCG). 18 set. 2003. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/cm/cmcg/2003/eng/091803.HTM>> Acesso em: 4 jun. 2008.

² CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2001rank.html>> Acesso em: 6 jun. 2008

³ Ao longo desse trabalho as expressões “economias em desenvolvimento” e “países em desenvolvimento (PED)” englobarão também as chamadas “economias em transição”.

⁴ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *Press Release 2008/001*. Abr. 2008.

⁵ BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Investimento estrangeiro direto*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INVEDIR>> Acesso em: 7 jun. 2008.

receptor desses investimentos ainda é muito pequena, e o país possui grande interesse em ampliá-la.

Os IED são de extrema importância para as economias – em especial para as economias em desenvolvimento – não apenas pelo grande volume de capital que movimentam, mas também porque podem trazer uma série de consequências positivas para as nações receptoras. As multinacionais instaladas no país tendem a melhorar o sistema produtivo da economia receptora, uma vez que estimulam a internacionalização das empresas locais, aumentam o volume das exportações do país anfitrião, carregam consigo uma série de conhecimentos que podem ser difundidos para as empresas locais e podem gerar aumento na oferta de emprego local.

Em adição, esses investimentos são caracteristicamente de longo prazo, uma vez que “[...] os prazos de permanência tendem a ser longos pelo próprio objetivo de construir ou participar em empreendimentos produtivos, cuja maturação é tão indefinida quanto o tempo de vida de uma empresa”⁶. Dessa forma, adquirem uma importância ainda maior em países que, como o Brasil, precisam manter altas reservas cambiais para garantir sua estabilidade, uma vez que não são voláteis como os investimentos de portfólio. Isso evita evasões maciças de capital em caso de crise, conferindo assim uma maior estabilidade às reservas do país.

Conforme poderá ser verificado ao longo desse trabalho, os fluxos de IED são influenciados por uma série de fatores, e o Brasil possui grande potencial para aumentar a sua participação tanto como receptor quanto como expedidor desse tipo de investimento. No entanto, para fins do mesmo, é considerado apenas o papel do Brasil como receptor de IED.

Sendo assim, é primeiramente apresentada uma teoria clássica que trata do desenvolvimento econômico de uma nação e da necessidade de investimentos para que esse seja possível (capítulo 1). Em seguida, no capítulo 2, é apresentada uma visão geral em relação aos IED, através de uma análise de seus fluxos atuais, principais tendências e perspectivas. No capítulo 3 são apresentados fatores que influenciam as

⁶ HENNINGS, 1998 *apud* AMAL, Mohamed; SEABRA, Fernando. *Determinantes do investimento direto externo (IDE) na América Latina: uma perspectiva institucional*. 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A076.pdf>> Acesso em: 5 mar. 2008.

decisões das empresas ao alocar seus investimentos no exterior e no capítulo 4 as consequências desses investimentos para as economias locais. No capítulo 5 é realizada uma análise do papel do Brasil dentro desses fluxos, e de como a economia brasileira se insere em meio a todos os fatores apresentados anteriormente. Para tanto, são apresentados a legislação que trata do tema no Brasil, os fatores que influenciaram a recepção de IED pelo país a partir da década de 1980, as características atuais do país como receptor desses investimentos, os efeitos dos IED recebidos a partir da década de 1990 e o sistema federal brasileiro de atração de investimentos.

CAPÍTULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO

Em seu livro *O Marketing das Nações*, o pesquisador Philip Kotler afirma que “[...] *muitas propostas contemporâneas para solucionar o problema do desenvolvimento econômico derivam de um ou mais enfoques clássicos da natureza da sociedade econômica e sua prosperidade*”⁷. Sendo assim, o presente trabalho considerou a clássica teoria do Desenvolvimento Econômico, elaborada por Joseph Alois Schumpeter, para a formação das suas idéias.

O trabalho de Schumpeter⁸ foi considerado por abordar o tema da importância do investimento como fator essencial para o desenvolvimento econômico de um Estado. O autor considera que a economia possui um “fluxo circular”, ou seja, traça continuamente os mesmos caminhos, buscando sempre uma posição de equilíbrio. Dentro desse fluxo circular pode ser verificado crescimento na economia, sem, no entanto, significar que houve desenvolvimento. O desenvolvimento, como entendido pelo autor, é um fenômeno distinto, que perturba o equilíbrio econômico de tal forma que desloca para sempre o estado de equilíbrio anterior, mudando o limite, o próprio curso tradicional⁹.

O autor esclarece que a posição de equilíbrio buscada pela economia nunca será alcançada, uma vez que os fatos econômicos mudam constantemente, e afirma que o desenvolvimento só ocorrerá se tiver início no interior do ciclo econômico.

Assim como Say¹⁰, Schumpeter acredita que o produtor inicia a mudança econômica, pois cabe a ele “ensinar” os consumidores a querer produtos novos. A evolução contínua, através de ajustes e aperfeiçoamento dos produtos, no entanto, não é considerada desenvolvimento. É preciso que esses novos produtos surjam de forma diferenciada e que quebrem o padrão da produção anterior para que seja considerado como tal.

⁷ KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. São Paulo: Futura, 1997. p.10.

⁸ Ver SCHUMPETER, Joseph Alois. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

⁹ SCHUMPETER, Joseph Alois. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 46

¹⁰ Jean-Baptiste Say foi um economista francês famoso por formular a “Lei de Say” – “a oferta cria sua própria demanda”.

Para que esses processos de desenvolvimento sejam possíveis, é necessário que o produtor possua insumos dos quais possa dispor, que sejam utilizáveis imediatamente na realização da inovação. Se não os possuir, deve recorrer ao crédito, cujo fornecimento seria, de acordo com o autor, a função dos capitalistas.

Essa idéia está de acordo com a noção de que o capital que uma nação possui – em especial uma nação em desenvolvimento – pode não ser suficiente para garantir o pleno desenvolvimento da sua economia. Dessa forma, o investimento estrangeiro pode suprir essa falta, atuando como o “capitalista”, na noção de Schumpeter, e disponibilizando capital para ser aplicado em áreas carentes da economia nacional, bem como estabelecendo plantas de produção em áreas que as empresas nacionais não possuem competência, trazendo assim desenvolvimento para a nação receptora.

A contribuição do IED para a economia nacional pode ocorrer através da disponibilização de capital para as empresas nacionais, uma vez que os IED elevam a quantidade de reservas cambiais do país receptor, aumentando sua segurança e acesso a crédito no exterior, ou através da própria instalação da sua filial no país receptor. A instalação da filial contribui para o desenvolvimento porque essa trará novos produtos e processos de inovação, que poderão ser transferidos para as empresas locais de diversas formas – conforme será apresentado mais adiante – fornecendo oportunidade para que as empresas nacionais contribuam ainda mais para o desenvolvimento do país.

CAPÍTULO 2 FLUXOS DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO MUNDO

2.1 Fluxos atuais de Investimento Estrangeiro Direto

Primeiramente, é importante esclarecer que o IED pode ser realizado através de dois processos: fusão e aquisição (F&A) ou *greenfield*. Os processos de F&A contribuem com a maior parte do valor dos fluxos de IED no mundo, e são caracteristicamente direcionados aos países desenvolvidos. Esses processos consistem na compra de uma empresa estrangeira ou na fusão de uma empresa estrangeira com uma empresa local, sendo essa a forma empregada com maior frequência pelas empresas da Europa ocidental e dos Estados Unidos da América (EUA)¹¹.

A preferência pela realização de F&A em economias desenvolvidas em detrimento das economias em desenvolvimento pode ser explicada pela existência de um maior número de empresas bem estruturadas nas mesmas, que caracterizem boas oportunidades para esse tipo de investimento¹².

Os investimentos *greenfield* consistem na criação de uma nova empresa em território estrangeiro. Ainda que o valor total desses investimentos seja inferior ao daqueles realizados através de processos de F&A, o número de projetos *greenfield* é superior. Isso se deve ao fato de uma fusão ou aquisição de empresa envolver uma transação financeira muito superior àquela necessária para a criação de uma nova estrutura. Ao contrário das F&A, os investimentos *greenfield* são geralmente direcionados para economias em desenvolvimento, além de serem mais comumente empregados por empresas dessas mesmas economias e do Japão¹³.

Os países desenvolvidos são os líderes tanto na recepção (tabela 1) quanto na emissão de IED (figura 5). Dentre eles, os EUA são o maior receptor e emissor do

¹¹ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Prospects Survey 2007-2009*. United Nations. New York and Geneva, 2007. p. 54 – 55.

¹² Ibidem, p.54.

¹³ Ibidem, p. 54 –55.

mundo, tendo perdido a posição de maior receptor apenas em 2005, para o Reino Unido, e em 2003, para a China. O grande volume de IED recebido pelo Reino Unido em 2005 pode ser explicado pela realização de grandes processos de F&A no país¹⁴, enquanto a colocação privilegiada da China é decorrente de uma série de fatores, que serão apresentados mais adiante.

Ainda em relação ao Reino Unido, é interessante destacar que, de acordo com dados do relatório Sinopse Internacional, elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES), cinco das 20 maiores operações de F&A realizadas em 2006 tiveram como alvo uma empresa do Reino Unido. O relatório ressalta que, nesse mesmo ano, 67% do total de IED foi realizado através de processos de F&A, os quais atingiram o valor de USD 880 bilhões¹⁵.

**Tabela 1: Fluxos de Entrada de IED, 1998-2007
(USD bilhões)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
Mundo	709,3	1.098,9	1.411,4	832,6	622,0	564,1	742,1	945,8	1.305,8	1.537,9
Variação (%), anual	45,0%	54,9%	28,4%	-41,0%	-25,3%	-9,3%	31,6%	27,4%	38,1%	17,8%
Economias desenvolvidas	509,1	860,1	1.146,2	609,1	442,3	361,2	418,8	590,3	857,5	1.001,9
Participação no total mundial	71,8%	78,3%	81,2%	73,2%	71,1%	64,0%	56,4%	62,4%	65,7%	65,1%
Economias em desenvolvimento	189,6	228,5	256,1	212,0	166,3	178,7	283,0	314,3	379,1	438,4
Participação no total mundial	26,7%	20,8%	18,1%	25,5%	26,7%	31,7%	38,1%	33,2%	29,0%	28,5%
Europa	293,9	521,2	721,9	392,7	314,6	277,1	209,2	495,0	566,4	651,0
América do Norte	197,2	308,1	380,8	187,1	96,6	60,6	135,5	129,9	244,4	192,9**
África	9,5	12,4	9,7	20,0	13,6	18,7	18,0	29,6	35,5	35,6
América Latina e Caribe	84,6	104,0	97,8	78,5	54,3	44,7	94,3	75,5	83,7	125,8
Ásia e Oceania	95,6	112,0	148,6	113,6	98,4	115,3	170,7	209,1	259,8	277,0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos indicadores de IED do website FDIStat, da UNCTAD, e na declaração à imprensa 2008/001 da UNCTAD

*Os Dados de 2007 são estimativas preliminares da UNCTAD – não são dados oficiais

** A América do Norte engloba os EUA e o Canadá. No entanto, o valor de 2007 é referente apenas aos EUA, pois os dados do Canadá não estão disponíveis.

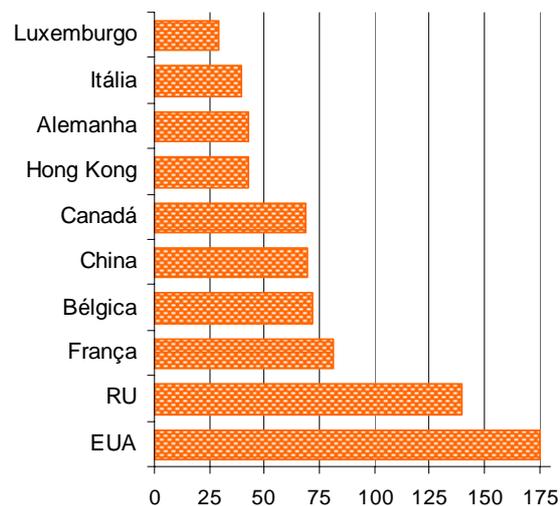
¹⁴ THE Economist Intelligence Unit. *World investment Prospects to 2011: Foreign direct investment and the challenge of political risk*. The Economist Group, 2007. p. 21.

¹⁵ ALEM, Ana Claudia. et al. *Sinopse Internacional*. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. n. 9, jan. 2008. p. 11.

Tabela 2: Fluxos de Entrada de IED, principais receptores, 2006 (valores a partir de 2003 – USD bilhões)

	2003	2004	2005	2006
1 EUA	53,1	135,8	101,0	175,4
2 RU	16,8	56,0	193,7	139,5
3 França	42,5	32,6	81,0	81,1
4 Bélgica	33,5	43,5	33,9	72,0
5 China	53,5	60,6	72,4	69,5
6 Canadá	7,5	-0,3	28,9	69,0
7 Hong Kong	13,6	34,0	33,6	42,9
8 Alemanha	32,4	-9,2	35,9	42,9
9 Itália	16,4	16,8	20,0	39,1
10 Luxemburgo	2,9	5,8	7,2	29,3
11 Federação Russa	7,9	15,4	12,8	28,7
12 Suécia	5,0	11,5	10,2	27,2
13 Suíça	16,5	1,4	-1,3	25,1
14 Cingapura	11,7	19,8	15,0	24,2
15 Austrália	8,0	36,0	-35,1	24,0
16 Turquia	1,7	2,9	9,8	20,1
17 Espanha	25,8	24,8	25,0	20,0
18 México	15,3	22,4	19,7	19,0
19 Brasil	10,1	18,1	15,0	18,8
20 Arábia Saudita	0,8	1,9	12,1	18,0

Figura 1: 10 Maiores Receptores de IED, 2006 (USD Bilhões)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos indicadores de IED do website FDIStat, da UNCTAD

Apesar de o Reino Unido ter registrado o valor de USD 193,7 bilhões em IED recebidos em 2005 – que representou um aumento de 245,9% em relação ao ano de 2004 – o país apresentou uma queda de 28% em seu influxo no ano de 2006, permitindo que os EUA retornassem à sua posição de liderança, ao registrarem uma entrada de USD 175,4 bilhões (tabela 2).

Os EUA também permaneceram na sua posição de maior emissor desse tipo de investimento, registrando uma saída de USD 216,6 bilhões, o que representou 17,82% do total mundial¹⁶.

Seguindo os EUA, os principais países emissores de IED em 2006 foram a França, emitindo USD 115 bilhões, a Espanha (USD 89,7), a Suíça (USD 81,5 bilhões) e o Reino Unido (USD 79,4 bilhões)¹⁷. É interessante ressaltar que, paralelamente, o Reino Unido e a França também se encontraram entre os maiores receptores,

¹⁶ UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *FDIStat*. 2007. Disponível em: <<http://stats.unctad.org/fdi/ReportFolders/ReportFolders.aspx>> Acesso em: 10 mai. 2008.

¹⁷ Ibidem.

recebendo USD 139,5 bilhões e USD 81,1 bilhões, respectivamente, no mesmo ano (tabela 2).

Uma fonte muito importante para o estudo do comportamento dos IED no mundo é o *World Investment Prospects Survey* (WIPS), um relatório publicado periodicamente pela Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), baseado em pesquisas realizadas junto a diversas empresas investidoras.

De acordo com o WIPS 2007-2009, a preferência das empresas por investir em países desenvolvidos deve-se principalmente a fatores como o tamanho do mercado local e a existência de um ambiente estável para investimentos (tabela 3), sendo justamente esses os fatores considerados mais atraentes nos EUA, seguidos pela perspectiva de crescimento do mercado local¹⁸.

Além desses fatores de atração, um aspecto positivo apresentado pelos países desenvolvidos é a menor incidência de riscos que constroem o investimento, como guerras, instabilidades políticas e financeiras, corrupção, entre outros.

**Tabela 3: Fatores atraindo investimento por região, 2007-2009
(porcentagem do número total de respostas para todos os fatores na região)**

Região Receptora/ Localização	Critério de Localização	Seguir o Líder	Mão-de-obra qualificada	Mão-de-obra barata	Tamanho do mercado local	Acesso ao mercado de capitais	Acesso a recursos naturais	Acesso ao mercado regional	Crescimento do mercado local	Efetividade do governo, incentivos	Ambiente para Investimentos estável	Outros	Todos os fatores
Desenvolvidos													
América do Norte		2	11	-	24	7	6	10	12	7	20	2	100
UE-15* e outros países europeus		3	11	-	20	6	4	11	12	11	19	4	100
Novos UE-12**		3	12	12	12	2	8	13	19	6	12	1	100
Outros países desenvolvidos		2	9	-	17	2	15	7	13	7	22	6	100
Em desenvolvimento													
Norte da África		-	4	17	17	-	25	13	21	-	4	-	100
África subsaariana		6	-	6	15	-	23	9	18	12	12	-	100
Oeste da Ásia		3	3	3	27	7	15	5	25	5	7	-	100
Sul, leste e sudeste da Ásia		6	4	8	25	1	5	12	31	1	3	4	100
América Latina		4	12	6	16	1	10	11	21	7	7	5	100
Sudeste da Europa e ***CEI		6	4	8	25	1	5	12	31	1	3	4	100
Média Mundial		4	9	9	21	2	6	10	20	5	10	3	100

Fonte: WIPS 2007-2009 / Tradução livre

* Grupo dos 15 países membros da UE antes da expansão realizada em maio de 2004.

** Grupo dos 12 países que entraram na UE após 2004.

*** Comunidade dos Estados Independentes (CEI): comunidade formada por 12 repúblicas que pertenciam à antiga União Soviética.

¹⁸ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Prospects Survey 2007-2009*. United Nations. New York and Geneva, 2007. p. 29.

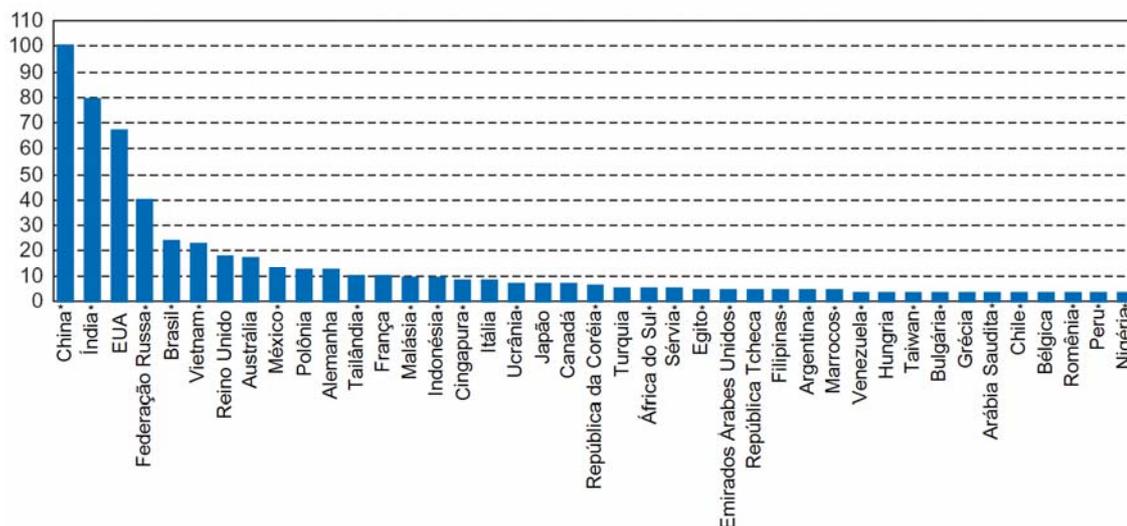
Outro fator que contribui para a concentração de IED em países desenvolvidos é que a maior parte desses investimentos se origina na América do Norte ou na Europa e, de acordo com o WIPS 2007-2009, existe uma preferência por parte das empresas em investir na sua própria região. O relatório aponta que as empresas de países europeus são um pouco mais internacionalizadas do que a média mundial, tanto em termos de sua parcela de investimentos no exterior quanto em termos da diversificação geográfica dos seus investimentos, mas verifica um interesse crescente de empresas de diversos outros países em ampliar o escopo geográfico das suas operações. Ainda assim, conclui que, de maneira geral, as regiões de origem continuarão sendo os locais preferidos das empresas para a realização desse tipo de investimento, independente de sua procedência¹⁹.

Quanto aos países em desenvolvimento, sua participação nos fluxos mundiais de IED ainda é muito baixa. Em 2007, o influxo para esses países representou 28,5% do total mundial, e a sua média de participação durante a última década foi de apenas 28,8% do total (tabela 1). No entanto, alguns desses países se destacam como grandes receptores, em particular a China, que vêm se mantendo entre os cinco países que mais recebem IED no mundo (tabela 2).

Cabe ressaltar que a participação dos países em desenvolvimento é bastante relevante quando a classificação analisada é a atratividade da economia, sob o ponto de vista dos empresários. Como é possível verificar na figura 2, das 41 economias consideradas mais atraentes ao IED pelos empresários, 27 são países em desenvolvimento, sendo que os dois países considerados mais atraentes são a China e a Índia, ambos países em desenvolvimento.

¹⁹ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Prospects Survey 2007-2009*. United Nations. New York and Geneva, 2007. p. 49.

**Figura 2: Economias mais atraentes para a alocação de IED, 2007-2009
(Número total de respostas)**



Fonte: WIPS 2007-2009

* Países em desenvolvimento

Tradução livre

Assim como nos países desenvolvidos, a maior vantagem dos países em desenvolvimento para a atração desses investimentos é o seu mercado. No entanto, ainda que o tamanho do mercado local seja um importante fator positivo também para os países em desenvolvimento, é, sobretudo, o grande potencial de crescimento desse mercado que faz com que os empresários considerem vantajoso investir nesses países (tabela 3).

A China e a Índia têm características muito similares para a atração de IED, pois, seguindo as vantagens de mercado supracitadas, o fator mais atraente é a disponibilidade de mão-de-obra barata. No entanto, a Índia apresenta uma vantagem adicional, que é a de oferecer também mão-de-obra qualificada abundante²⁰.

A disponibilidade de mão-de-obra qualificada também é um importante fator de atração para os países latino-americanos, sendo considerado o principal fator após o crescimento e o tamanho do mercado local. Já os países africanos têm como principal vantagem o acesso a recursos naturais, seguido pela perspectiva de crescimento dos seus mercados (tabela 3).

²⁰ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Prospects Survey 2007-2009*. United Nations. New York and Geneva, 2007. p. 29.

Outro fator que influencia os fluxos de IED para determinadas economias é a classificação conferida aos países pelas agências de risco, das quais as mais reconhecidas são a *Moody's*, a *Standard & Poor's* e a *Fitch*. Essas são instituições que prestam consultoria de gerenciamento de estratégia global e indicam as economias que representam menor risco para o investimento.

Essas agências desempenham um papel importante por afetarem o direcionamento dos investimentos das empresas, por meio da classificação dos países pelo seu risco e da concessão do “Grau de Investimento” àqueles países considerados mais seguros. Os países que recebem o Grau de Investimento passam a receber diversos novos investimentos, principalmente de fontes conservadoras, que geralmente não os direcionam para economias consideradas arriscadas. Sendo assim, os países menos atrativos utilizam os critérios adotados por essas empresas como referência para a adequação de suas economias, de forma a aumentar o seu influxo de investimentos.

A busca pelo Grau de Investimento das Agências de Risco não é a única forma que os países realizam ações voltadas para a promoção de IED. Diversos países elaboram políticas nacionais para atração desse tipo de investimento, tanto de maneira geral quanto para setores considerados de maior interesse nacional. Essas políticas são realizadas de diversas formas, podendo incluir ações como subsídios, incentivos fiscais e/ou garantias.

Um exemplo de política que atrai investimentos de maneira geral é a já mencionada existência de um ambiente estável para negócios nos países desenvolvidos. Esses países possuem leis de proteção à propriedade intelectual bastante rígidas, bem como normas claras para a conduta de negócios, que conferem garantias legais de que, se as empresas estrangeiras instaladas em seu território respeitarem as normas, terão seus investimentos resguardados.

Philip Kotler, no livro *O Marketing das Nações*, menciona o caso de Cingapura como um bom exemplo de incentivo, por parte do governo, ao investimento voltado para um setor de interesse nacional. De acordo com Kotler, o governo de Cingapura direciona vários incentivos fiscais, subsídios, e apoio para empresas que realizem

pesquisa e desenvolvimento no país, e afirma que empresas estrangeiras estariam cada vez mais utilizando esses recursos²¹.

Assim como os países podem direcionar os seus incentivos ao IED para setores que são de seu maior interesse, também podem fazer exigências para as empresas estrangeiras que pretendem se instalar em seu território, de forma que atendam melhor aos interesses nacionais. Essas exigências podem consistir no emprego de produtos nacionais na produção, no cumprimento de metas de exportação, entre outros.

Enquanto os países desenvolvidos procuram a segurança e o livre fluxo dos investimentos, os países em desenvolvimento buscam garantir que os investimentos recebidos se adéquem aos interesses nacionais. Essa contradição torna muito importante que as ações dos governos locais, voltadas para o controle das atividades dessas empresas, sejam disciplinadas. Sendo assim, a OMC estabeleceu, em 1994, o Acordo TRIMs, que regulamenta as “medidas de investimento com efeitos restritivos e distorcivos sobre o comércio”, conhecidas como TRIMs (*Trade Related Investment Measures*). É interessante ressaltar que esse Acordo é referente apenas ao comércio de bens, não englobando serviços²².

O livro *O Brasil e os Grandes Temas do Comércio Internacional* esclarece que o referido Acordo proíbe os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) de imporem ou incentivarem o emprego de produtos nacionais no processo produtivo das empresas estrangeiras, ou de restringirem as importações dessas empresas (seja por meio de cotas ou vinculando as importações ao desempenho exportador).

O livro também esclarece que as TRIMs não atuam necessariamente contra os interesses dos empresários, podendo até mesmo beneficiá-los. No entanto, entende-se que essas medidas têm efeitos distorcivos sobre o comércio internacional, prejudicando o livre fluxo comercial²³.

As restrições à aplicação das TRIMs atendem principalmente aos interesses dos países desenvolvidos, referentes ao livre fluxo dos investimentos. Sendo assim, o Brasil

²¹ KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. São Paulo: Futura, 1997. p.183.

²² ZERBINI, Eugenia (Coord.). et al. Investimentos. In: THORSTENSEN, Vera; JANK, Marcos S. (Coord.). *O Brasil e os Grandes Temas do Comércio Internacional*. São Paulo: Lex Editora; Aduaneiras, 2005. p. 325.

²³ *Ibidem*, p. 325.

e a Índia realizaram propostas de alteração nesse Acordo, tendo em vista que as suas restrições poderiam prejudicar os países em desenvolvimento²⁴.

A primeira proposta apresentada pelo Brasil, em 1999, ressalta o fato de o Acordo não estabelecer praticamente nenhuma distinção entre as obrigações dos países, independente do seu grau de desenvolvimento. A proposta afirma que isso impediria os países em desenvolvimento de abordarem necessidades específicas de suas políticas econômicas, financeiras ou sociais²⁵.

A Índia também apresentou uma proposta contendo alterações que julgava necessárias no Acordo TRIMs e, mais adiante, em 2002, o Brasil e a Índia encaminharam conjuntamente uma proposta de flexibilização que buscava beneficiar os países em desenvolvimento²⁶.

Mesmo que não haja uma previsão para a revisão, o próprio Acordo estabelece que poderão ser realizadas alterações após cinco anos de sua entrada em vigor. Existe uma resistência às propostas de alteração por parte dos países desenvolvidos, mas os países em desenvolvimento estão persistindo na busca por seus interesses no âmbito do Acordo²⁷.

²⁴ ZERBINI, Eugenia (Coord.). et al. Investimentos. In: THORSTENSEN, Vera; JANK, Marcos S. (Coord.). *O Brasil e os Grandes Temas do Comércio Internacional*. São Paulo: Lex Editora; Aduaneiras, 2005. p. 331.

²⁵ Ibidem, p. 331 – 332.

²⁶ Ibidem, p. 332 – 333.

²⁷ Ibidem, p. 332 – 333.

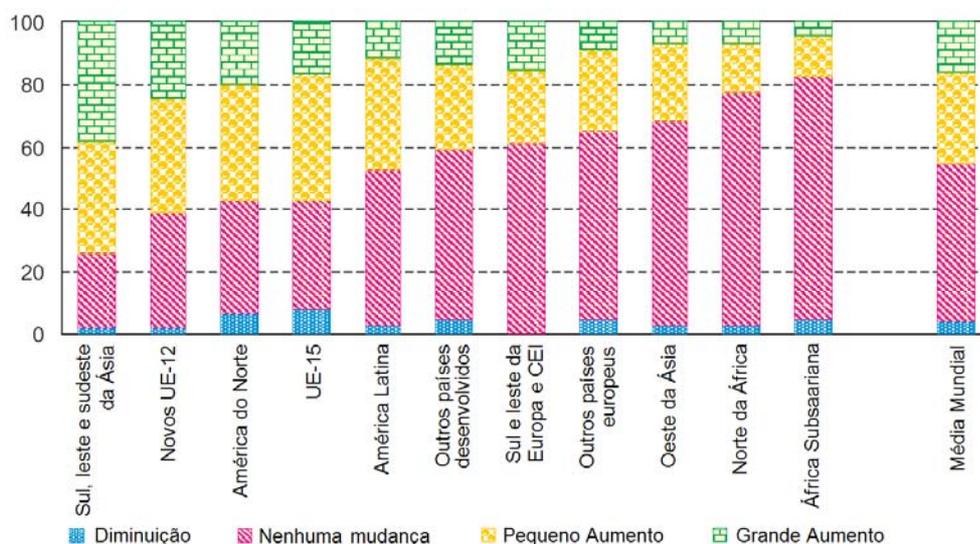
2.2 Perspectivas de Investimento no mundo

Quanto às perspectivas de investimento para os próximos anos, de acordo com o WIPS 2007-2009, a região sul, leste e sudeste da Ásia, que inclui a China e a Índia, terá o maior aumento em IED recebidos, como pode ser verificado na figura 2. Os novos UE-12²⁸ constituem a segunda principal região em relação à previsão de crescimento na recepção de IED.

A América do Norte e os países da UE-15²⁹ também terão um aumento significativo em seus influxos de IED. No entanto, sofrerão uma diminuição na entrada desses investimentos que também será acima da média mundial.

Quanto à América Latina, suas perspectivas de crescimento na entrada de IED encontram-se um pouco abaixo da média mundial, mas em posição de vantagem em relação às demais regiões do globo, que têm prospectos menos otimistas para o período de 2007 a 2009 (figura 3).

Figura 3: Prospectos de IED por região receptora, 2007-2009 (porcentagem de respostas)



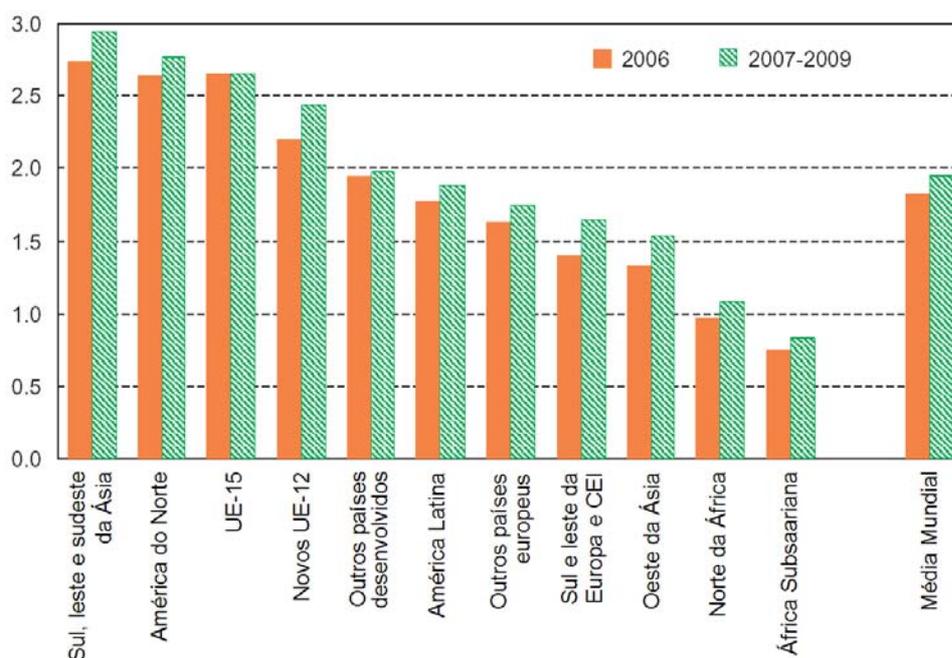
Fonte: WIPS 2007-2009
Tradução livre

²⁸ Grupo dos 12 países que entraram na UE após 2004.

²⁹ Grupo dos 15 países membros da UE antes da expansão realizada em maio de 2004.

Ainda assim, existe uma expectativa de crescimento dos IED em todas as regiões, mesmo que, em alguns casos, em menor escala. Os dados publicados pela UNCTAD revelam que não haverá praticamente nenhuma mudança nas preferências por regiões para a alocação de IED nos próximos anos, se comparadas às do ano de 2006, como se pode verificar na figura 4.

Figura 4: Preferências de Investimento por Região Receptora, 2006 e 2007-2009 (nota média)*



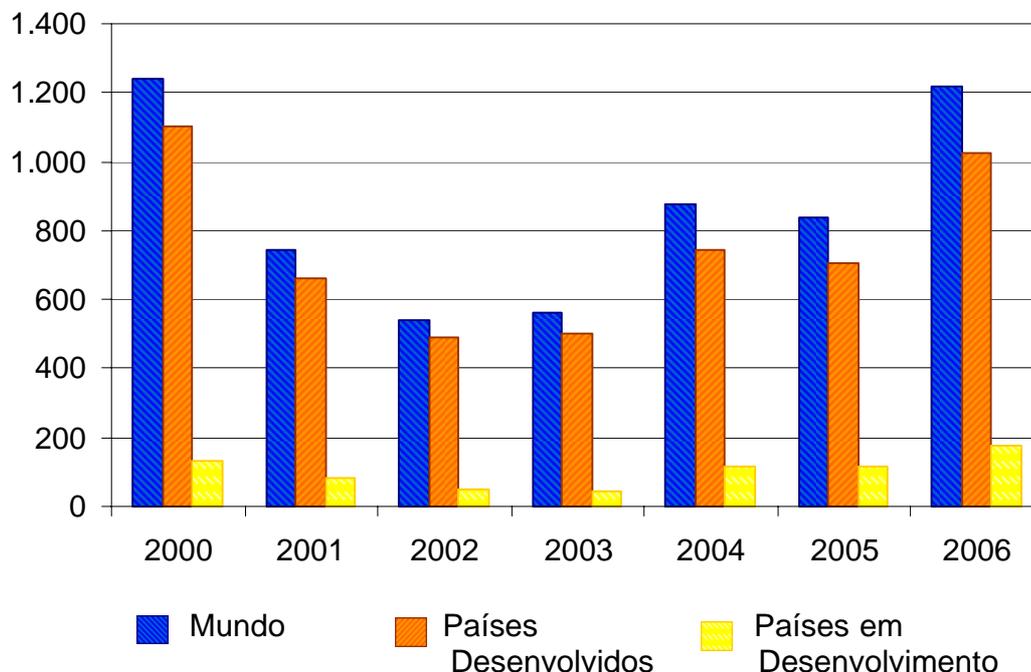
Fonte: WIPS 2007-2009

* Nota: (0=Nem um pouco importante, 4=Muito importante)

Tradução livre

Uma mudança mais significativa deverá ocorrer na expedição de IED por países em desenvolvimento. Como se pode verificar na figura 5, os países em desenvolvimento atingiram o valor de USD 174,4 bilhões em IED expedidos em 2006, representando um aumento de 30,8% sobre o valor de 2000, quando houve um ápice no fluxo mundial, superado apenas em 2007. É interessante ressaltar que, desde 2003, os países em desenvolvimento vêm apresentando um crescimento anual no nível de IED emitido superior ao dos países desenvolvidos.

**Figura 5: Fluxos de Saída de IED, 2000-2006
(USD bilhões)**



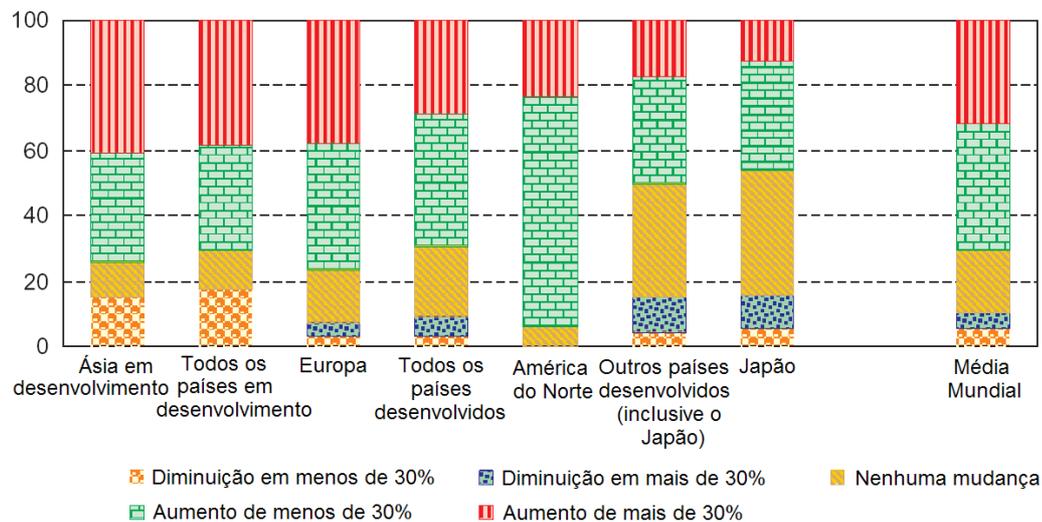
Fonte: Elaborado pela autora com base nos indicadores de IED do website FDIStat, da UNCTAD

Os dados divulgados pelo WIPS 2007-2009, referentes à variação esperada na expedição de IED por região de origem, comprovam essa tendência de crescimento. Como se pode verificar na figura 6, os países em desenvolvimento planejam aumentar significativamente sua presença no exterior, em uma proporção bastante superior à média mundial. Isso indica que sua participação se tornará cada vez mais significativa, o que aumentará o fluxo de IED para esses mesmos países, devido à tendência previamente mencionada dos países de investirem na sua própria região. Essa tendência favorece o fluxo conhecido como sul-sul, que é o fluxo ocorrido entre países em desenvolvimento.

Dentre os países em desenvolvimento, o principal emissor de IED é Hong Kong, que, em 2006, emitiu 24,89% do total expedido pelo grupo. Em seguida, os maiores emissores foram o Brasil (16,17%), a Federação Russa (10,32%) e a China (9,23%)³⁰.

De acordo com o relatório *'South-South' FDI and Political Risk Insurance*, elaborado pela *Multilateral Investment Guarantee Agency*, do Grupo do Banco Mundial, o IED proveniente de países em desenvolvimento representa cerca de um terço de todos os fluxos para esse mesmo grupo, o que reflete o crescimento do referido investimento intra-regional. O relatório afirma que os principais fatores que estimulam esse direcionamento dos investimentos são a demanda crescente por energia nos mercados emergentes, aumento no comércio sul-sul, proximidade e afinidade cultural, competitividade dos custos e o apoio à expedição de IED por alguns governos locais.³¹

Figura 6: Variação esperada na expedição de IED por região de origem, 2006-2009 (porcentagem das respostas)



Fonte: WIPS 2007-2009
Tradução livre

³⁰ UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *FDIStat*. 2007. Disponível em: <<http://stats.unctad.org/fdi/ReportFolders/ReportFolders.aspx>> Acesso em: 10 mai. 2008.

³¹ MULTILATERAL Investment Guarantee Agency. *Perspectives: 'South-South' FDI and Political Risk Insurance: Challenges and Opportunities*. World Bank Group. Jan. 2008. p. 1-2.

Um fato que deve ser considerado para a análise das perspectivas de IED nos próximos anos é a crise financeira e de crédito que irrompeu nos EUA, no segundo semestre de 2007. A referida crise levou a uma forte desaceleração da economia norte-americana, e a um grave risco de recessão no país, que é a maior economia do mundo. Essa situação gerou incerteza no cenário mundial, pois existe um grande temor em relação às repercussões globais caso a recessão venha a ocorrer.

Em uma declaração à imprensa, publicada em janeiro de 2008, a UNCTAD afirmou que o volume total do fluxo de IED ainda não havia sido afetado por essa crise. A declaração analisa que, mesmo com a desaceleração da economia americana, a conseqüente desvalorização do dólar pode ter ajudado a manter os níveis de investimento recebidos por esse país.

No entanto, alertava que diversos riscos que cercam a economia mundial podem ter influência negativa nos fluxos de IED provenientes e direcionados para os países desenvolvidos em 2008. Esclareceu que o alto valor e a grande volatilidade do preço das *commodities*³² poderão vir a causar pressões inflacionárias, e que um aumento na rigidez das condições do mercado financeiro não pode ser excluído. Também ressaltou a probabilidade crescente de recessão dos EUA, e o possível surgimento de uma atitude mais cautelosa por parte dos investidores³³.

No relatório *World Economic Outlook*, publicado em abril de 2008, o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para baixo a sua previsão para o crescimento mundial em 2008. A previsão anterior, divulgada em janeiro de 2008, antecipava um crescimento de 4,2%, mas foi reduzida para 3,7% em abril. O relatório aponta que esse nível representa uma desaceleração significativa em relação ao ano de 2007 (4,9%), e afirma que o crescimento está previsto para se manter praticamente inalterado em 2009³⁴.

³² Commodities é o termo usado em transações comerciais internacionais para designar um tipo de mercadoria em estado bruto ou com um grau muito pequeno de industrialização. As principais commodities são produtos agrícolas ou minérios.

³³ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). Press Release 2008/001. Abr. 2008.

³⁴ INTERNATIONAL Monetary Fund. *World Economic Outlook: Housing and the business cycle*. Abr. 2008. p. xv.

O estudo alerta que o crescimento previsto, mesmo sendo menor do que o esperado, apenas será alcançado se as economias mais avançadas passarem apenas por desacelerações leves, e se muitas economias emergentes forem capazes de manter seu elevado ritmo de crescimento praticamente no mesmo nível de antes da crise. Em sua análise mais pessimista, o relatório prevê uma possibilidade de 25% de que o crescimento global caia para 3%, ou menos, em 2008 e 2009, o que seria equivalente a uma recessão mundial³⁵.

Sendo assim, pode-se concluir que, ainda que as perspectivas de fluxos de IED sejam positivas, é necessária cautela por parte dos países ao gerenciar suas políticas de atração de investimento, tendo em vista que existe uma crescente ameaça de desaceleração na economia mundial, o que pode afetar os referidos fluxos. Essa atenção deverá ser maior por parte dos países que dependem de investimentos externos para sustentar o desenvolvimento da sua economia.

³⁵ INTERNATIONAL Monetary Fund. *World Economic Outlook: Housing and the business cycle*. Abr. 2008. p. xi e xv.

CAPÍTULO 3 ASPECTOS CONSIDERADOS PELAS EMPRESAS AO DIRECIONAR SEUS INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Existem diversos fatores que influenciam a escolha do local para onde a multinacional irá direcionar seus IED. Do ponto de vista da motivação da empresa, esses investimentos podem ser classificados de duas formas: horizontal e vertical³⁶.

O IED horizontal é geralmente realizado quando os custos dos fatores de produção são equilibrados entre os países, mas os custos de comércio são altos, ou seja, existem barreiras de comércio que prejudicam a exportação, como barreiras tarifárias ou não-tarifárias, ou o custo logístico de envio da mercadoria é muito alto. Nesses casos, a empresa estabelece uma planta de produção no exterior, que realiza atividades similares àsquelas realizadas pela planta doméstica, mas que tem como objetivo abastecer o mercado estrangeiro, uma vez que esses impedimentos tornam o envio de mercadorias através de exportação muito custoso³⁷.

O IED vertical ocorre quando existem diferenças entre os custos dos fatores de produção nos países, como na remuneração da mão-de-obra, ou no preço das matérias-primas. A empresa poderá então estabelecer plantas em diferentes países, cada uma especializada em uma etapa distinta da produção, com o objetivo de explorar essas diferenças.

Essas classificações, no entanto, não abrangem todos os fatores que são considerados pelas empresas ao internacionalizar a sua produção, e consideram apenas um cenário hipotético, no qual os custos de produção são iguais (IED horizontal) ou a empresa considera apenas esses custos para direcionar seus investimentos (IED vertical).

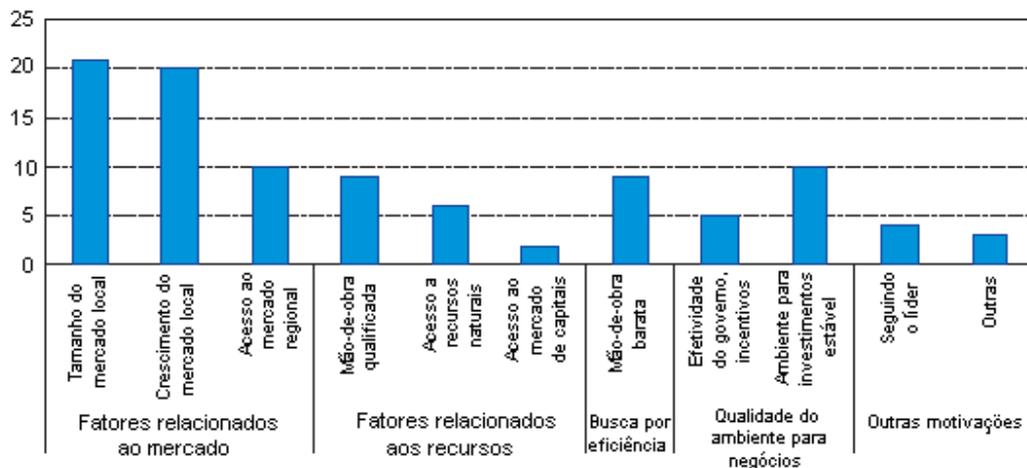
A decisão de realizar esse tipo de investimento e de onde alocá-lo é muito complexa, e as empresas consideram uma série de variáveis antes de investir em um

³⁶ HANSON, Gordon H. *Should Countries Promote Foreign Direct Investment?* United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). United Nations, 2001. p. 10.

³⁷ *Ibidem*, p. 10.

país. De acordo com o WIPS 2007-2009³⁸, o acesso ao mercado é, de longe, a força mais importante para atrair IED. O acesso ao mercado local, por exemplo, foi mencionado como principal fator determinante para o direcionamento desses investimentos por 21% dos entrevistados (figura 7). Nesse caso, o Brasil é beneficiado, pois possui um grande mercado interno.

Figura 7. Critérios de localização em ordem de importância, 2007-2009 (porcentagem das respostas)



Fonte: WIPS 2007-2009
Tradução livre

A possibilidade de crescimento do mercado local é considerado o segundo fator mais importante para a atração de IED, tendo sido mencionado por 20% das respostas (figura 7). Esse quesito é geralmente verificado através das taxas de crescimento registradas pelo país, assim como índices de produtividade verificados historicamente ou com base em projeções. Também nesse fator, o Brasil encontra-se confortável, uma vez que vem registrando crescimento, controle de inflação e equilíbrio fiscal, o que faz com que as condições de crescimento sejam consideradas animadoras. O terceiro fator considerado mais importante pelos entrevistados foi o acesso ao mercado regional, com 10% das respostas, o que também é positivo para o Brasil, uma vez que faz parte do MERCOSUL.

³⁸ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Prospects Survey 2007-2009*. United Nations. New York and Geneva, 2007.

A busca por recursos naturais também pode ser um motivo para direcionamento de IED. Seis por cento dos entrevistados pela UNCTAD mencionaram o acesso a recursos naturais como um importante critério para alocação de seus investimentos (figura 7). O estudo também menciona que esse fator é uma característica importante para a atração de IED por países latino americanos, e que a demanda crescente por recursos naturais – especialmente petróleo, gás e minerais metálicos – deve levar a uma nova onda de investimentos nesses campos³⁹.

A estabilidade política e econômica são fatores que recebem grande atenção dos investidores, sendo que mais de 50% dos entrevistados classificou “guerras e instabilidade política” como um fator de risco muito importante para decisões de IED, enquanto mais de 80% dos entrevistados respondeu que o risco econômico era ou importante ou muito importante para a tomada dessas decisões (figura 7).

De acordo com Kotler, no referido livro *O Marketing das Nações*, o temor em relação à instabilidade política pode se referir a ações que prejudiquem a transferência de recursos ao exterior ou a pressões para que parte da propriedade passe a ser de capital nacional, ou pressões para a nacionalização. Já o temor econômico seria referente a questões como recessões econômicas, depreciações de moeda, greves, entre outras⁴⁰.

As depreciações de moeda são um tema bastante delicado para investidores estrangeiros, devido à prática da remessa de lucros. Como a receita da empresa que opera no Brasil é em reais, para que a filial possa remeter os lucros para a matriz é preciso realizar a conversão da moeda. Se o câmbio real desvalorizar, o investidor receberá menos dólares do que o esperado quando de seu envio ao exterior⁴¹. Dessa forma, o investidor busca países com câmbios mais estáveis, para evitar esse tipo de prejuízo. Por outro lado, algumas empresas de base exportadora buscam câmbios que desvalorizam constantemente, com o objetivo de manter seus produtos competitivos no exterior. Ainda assim, de acordo com o WIPS 2007-2009, mais de 30% dos

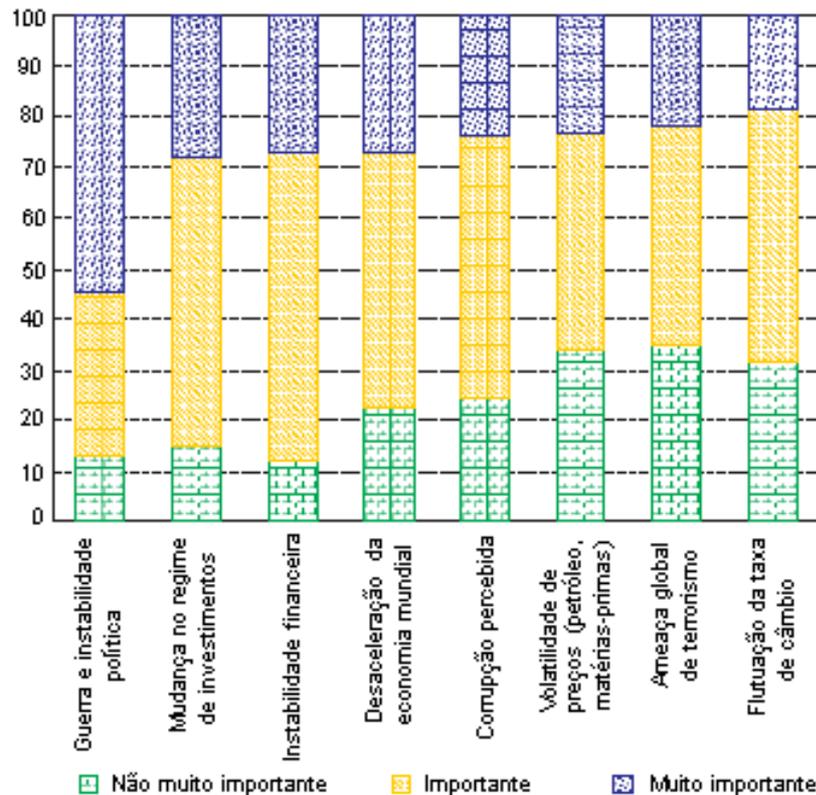
³⁹ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Prospects Survey 2007-2009*. United Nations. New York and Geneva, 2007. p. 11.

⁴⁰ KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. São Paulo: Futura, 1997. p. 181.

⁴¹ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 25.

entrevistados responderam que a flutuação da taxa de câmbio era um fator de risco não muito importante para decisões de IED (figura 8).

**Figura 8. Importância de fatores de risco para decisões de IED, 2007-2009
(porcentagem das respostas)**



Fonte: WIPS 2007-2009
Tradução livre

Outro fator de extrema importância para a atuação de empresas multinacionais em determinado país é como o ambiente regulatório opera. As empresas esperam um conjunto de regras e procedimentos burocráticos claros e que permitam uma certa liberdade de operação.

A disponibilidade de informações a respeito do país também é essencial para a atração de IED por um Estado. A falta de informações pode fazer com que o empresário decida direcionar seus investimentos para outras localidades, uma vez que irá buscar o mercado que lhe oferecer menor risco, e esse risco só poderá ser medido

acuradamente através de grande conhecimento da situação política, econômica e social do país, além de sua legislação, instrumentos de apoio e restrições a esse tipo de investimento.

Em adição, o ambiente para negócios do país receptor deve permitir liberdade de operação. Ações que restrinjam a livre contratação ou legislações trabalhistas que não limitem o poder dos sindicatos são vistas como negativas pelas empresas multinacionais⁴². Essas empresas ainda esperam que seja garantido seu livre acesso a moedas estrangeiras para remessa de lucros e para a compra de matérias-primas importadas⁴³.

Investidores estrangeiros também buscam por infra-estrutura eficiente. Países que possuem sistemas de transporte ineficientes e/ou que sofrem com a escassez de locais adequados para armazenamento, acabam perdendo competitividade na busca por esses investimentos. Isso ocorre porque as empresas enfrentam grandes dificuldades para o escoamento da produção, além de perderem competitividade no preço dos produtos devido aos custos altos que sistemas de transporte sucateados acarretam.

O WIPS 2007-2009 afirma que as multinacionais também consideram a mão-de-obra fator de atração de investimentos. Essa atração, no entanto, pode ser motivada por dois interesses diferentes: busca por recurso ou busca por eficiência, sendo que tanto a busca por mão-de-obra especializada quando a busca por mão-de-obra barata foram mencionadas por 9% dos entrevistados (figura 7).

No caso de a empresa estar buscando recursos, seu interesse é no acesso à mão-de-obra especializada, uma vez que empresas intensivas em capital buscam mercados capazes de absorver novas tecnologias. Necessitam, portanto, de mão-de-obra qualificada⁴⁴.

Se a empresa busca ganho em eficiência, então seu interesse é em mão-de-obra barata. De acordo com o WIPS 2007-2009, especialistas em localização sugeriram que

⁴² GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 24.

⁴³ KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. São Paulo: Futura, 1997. p.181-182.

⁴⁴ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Prospects Survey 2007-2009*. United Nations. New York and Geneva, 2007. p. 10.

a transferência de fábricas intensivas em mão-de-obra de países desenvolvidos para regiões de baixo custo iriam continuar no topo das agendas das empresas multinacionais⁴⁵.

As multinacionais têm preferência por mercados que possuam indústrias relacionadas e de apoio, que sejam internacionalmente competitivas, e que concorram entre si. Isso ocorre porque as filiais trabalham em cooperação, contratam serviços ou compram insumos de empresas locais, e precisam que essas empresas estejam adequadas a determinados padrões de qualidade, que serão mais facilmente alcançados se houver competição.

A existência de Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) também pode constituir fator de atração ao IED. De acordo com a Lei nº. 11.508, de 20 de julho de 2007:

“[...] as ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro”⁴⁶.

As ZPE podem trazer diversos benefícios tanto para a multinacional – isenções fiscais, acesso a crédito, transbordo de mercadorias – quanto para o país que as estabelece – criação de empregos, especialização da mão-de-obra, transferência de tecnologia⁴⁷.

Finalmente, uma característica importante das políticas de atração de IED empregadas pelos países é a concessão de benefícios para que as empresas instalem as filiais em seus territórios. Esses benefícios variam de isenções fiscais até empréstimos e concessões de capital, podendo ser fator determinante para a escolha da localização por parte da empresa.

⁴⁵ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Prospects Survey 2007-2009*. United Nations. New York and Geneva, 2007. p. 11.

⁴⁶ BRASIL. *Lei n. 11.508, de 20 de julho de 2007*. Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11508.htm> Acesso em: 10 fev. 2008.

⁴⁷ KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. São Paulo: Futura, 1997. p. 182.

No entanto, o governo deve tomar muito cuidado com esses incentivos. Ao se referir à facilitação de investimentos do exterior, Philip Kotler alerta que:

“No âmbito fiscal, apesar de sua contribuição aos cofres públicos na forma de impostos corporativos, essas quantias podem ser consideravelmente menores que os valores concedidos às multinacionais na forma de incentivos fiscais, cotas excessivas de investimentos, subsídios públicos disfarçados e proteção tarifária. Como resultado, os lucros particulares das multinacionais podem ultrapassar os benefícios sociais”⁴⁸.

Outro trabalho que alerta quanto à possibilidade de prejuízo causado pelo excesso de incentivos às multinacionais é o relatório *Should Countries Promote Foreign Direct Investment?*, da UNCTAD, que menciona o caso dos incentivos fornecidos às empresas automobilísticas General Motors (GM) e Ford Motor Co. no Brasil. O trabalho alerta que tanto a GM quanto a Ford aparentavam já ter concluído que precisavam aumentar sua capacidade produtiva no Brasil e que houve uma competição fiscal entre estados brasileiros pelo direito de receber as empresas estrangeiras.

Sendo assim, aponta que os subsídios oferecidos pelos estados podem não ter influenciado na decisão das empresas de investir no Brasil, mas apenas em qual estado brasileiro iriam se estabelecer. O relatório conclui que o resultado dessa competição fiscal pode ter se limitado a fardos extras para aqueles que pagam impostos no Brasil e excesso de capacidade na indústria automobilística regional⁴⁹.

Em adição, vale mencionar que, no WIPS 2007-2009, a existência de incentivos foi considerada um fator importante para direcionamento de IED por apenas 5% dos entrevistados, ficando em oitavo lugar de 11 critérios classificados por ordem de importância. Fatores como tamanho e crescimento do mercado local, ambiente para investimentos estável e disponibilidade de mão-de-obra receberam um grau significativamente maior de importância na pesquisa (figura 7).

Sendo assim, investir no desenvolvimento econômico e social e na estabilidade política e institucional do país pode ser mais vantajoso para a atração de investimentos estrangeiros do que oferecer incentivos financeiros e fiscais.

⁴⁸ KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. São Paulo: Futura, 1997. p. 55.

⁴⁹ HANSON, Gordon H. *Should Countries Promote Foreign Direct Investment?* United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). United Nations, 2001. p. 19-20.

CAPÍTULO 4 IMPACTOS DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA ECONOMIA RECEPTORA

A presença de multinacionais afeta a economia local de diversas formas. O estabelecimento de filiais de empresas multinacionais em países menos industrializados diminui a concentração da produção em economias mais desenvolvidas e melhora a distribuição de renda global. A filial traz consigo conhecimentos da empresa no campo tecnológico, administrativo, e muitas vezes até mesmo um grande conhecimento do mercado mundial, uma vez que a maioria das empresas que realizam IED já é ativa no mercado internacional.

Esse conhecimento do mercado pode ajudar a promover a internacionalização de empresas nacionais. Isto ocorre porque, geralmente, as multinacionais precisam trabalhar em cooperação com empresas locais que atuam em outros setores da cadeia produtiva, ou contratar prestadoras de serviços, como transportadoras. Nesses casos, as multinacionais transferem muito de seu conhecimento logístico para essas empresas. Em contrapartida, empresas locais podem aprender caminhos e procedimentos para o ingresso no mercado internacional apenas por observar a atuação dessas filiais.

As multinacionais também costumam possuir conhecimentos de produção e técnicas de gerenciamento mais avançados do que aqueles do país anfitrião. Esses conhecimentos podem ser difundidos para as empresas locais de diversas formas, com ou sem consentimento da empresa multinacional. Esses “vazamentos” de conhecimento são conhecidos como *spillovers*⁵⁰.

Determinados conhecimentos podem ser transferidos de maneira proposital para parceiros locais, como fornecedores de insumos ou de serviços, com o objetivo de aperfeiçoar a atuação dos demais setores, e para que possam se adequar aos padrões de qualidade exigidos pela empresa⁵¹.

⁵⁰ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 17.

⁵¹ *Ibidem*, p. 18.

Os conhecimentos também podem ser difundidos sem consentimento, e adquiridos pelas empresas competidoras, ou até mesmo absorvidos por outras empresas locais que não possuem ligação com a multinacional, em especial no que diz respeito aos conhecimentos gerenciais⁵². Esse tipo de difusão, no entanto, tem menos probabilidade de ocorrer, uma vez que as empresas tentam restringir a divulgação de conhecimentos que possam beneficiar suas concorrentes⁵³.

Essas difusões de conhecimento (*spillovers*) levam a uma melhoria no sistema de produção da economia anfitriã, seja pelo aumento da eficiência das empresas fornecedoras, pelo fortalecimento dos elos da cadeia produtiva, aumento da competitividade das empresas concorrentes, ou difusão de conhecimentos gerenciais que permitam melhor alocação dos recursos humanos do país.

As multinacionais muitas vezes possuem conhecimentos tecnológicos que são de difícil acesso para países menos desenvolvidos, senão através de IED, uma vez que os processos de desenvolvimento ou de transferência de tecnologia fora do IED podem ser muito demorados ou de difícil concretização⁵⁴.

Outra forma através da qual a presença de multinacionais pode afetar o setor produtivo é no que diz respeito à mão-de-obra. Essas empresas muitas vezes submetem seus trabalhadores a intensos programas de capacitação e a uma série de treinamentos, pois levam novas tecnologias para as filiais. Se posteriormente contratados por empresas locais, esses trabalhadores levam consigo conhecimentos fornecidos pelas multinacionais, contribuindo para o desenvolvimento das empresas nacionais⁵⁵.

No entanto, a presença de multinacionais pode causar desequilíbrios no mercado de trabalho, pois essas empresas geralmente oferecem salários acima da média

⁵² GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 17 – 18.

⁵³ JORGE, Marina Filgueiras. *Investimento estrangeiro direto e inovação: um estudo sobre ramos selecionados da indústria no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para Discussão n. 1327, fev. 2008. p. 10.

⁵⁴ KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. São Paulo: Futura, 1997. p. 188.

⁵⁵ GREGORY, op. cit., p. 18.

nacional para seus empregados, em especial àqueles de maior qualificação, o que aumenta as diferenças salariais entre os trabalhadores⁵⁶.

O relatório *Should Countries Promote Foreign Direct Investment?*, mencionado anteriormente, alerta que IED podem prejudicar o país receptor de diversas formas, e devem ser encarados com cautela pelos governos. Além de mencionar vários dos efeitos apresentados anteriormente, o estudo também afirma que esse tipo de investimento pode aumentar os custos de produção de empresas domésticas. Isso ocorre no caso de a empresa multinacional ser intensiva no emprego de fatores cuja produção não é elástica, ou seja, que não possam ter sua produção expandida em resposta ao aumento da demanda. Nesse caso, o preço desses bens irá aumentar, o que prejudica a produção de empresas nacionais que atuam no mesmo setor⁵⁷.

Outra questão controversa em relação à presença de empresas multinacionais em um país é a concorrência com as empresas locais. Muitas multinacionais possuem recursos financeiros, tecnológicos e capacidade de produção acima do nível nacional, e podem sufocar as demais empresas que atuam no mesmo seguimento. Assim, as empresas locais podem acabar sendo obrigadas a se dirigir a setores menos lucrativos da indústria ou até mesmo a encerrar suas atividades. Outro problema decorrente desse cenário é a possibilidade de a demanda por mão-de-obra da multinacional ser inferior à demanda daquelas empresas forçadas para fora do mercado, prejudicando tanto a indústria quanto a sociedade do país anfitrião⁵⁸.

No entanto, pode-se argumentar que a concorrência força as empresas locais a aumentarem sua eficiência e qualidade de produção, e a investirem em setores como pesquisa e inovação, o que as torna competidoras mais fortes no mercado nacional e pode até mesmo abrir portas para a internacionalização.

O IED também gera um efeito positivo na balança de pagamentos do país receptor, pois se observa uma tendência de aumento das exportações quando há presença de multinacionais. É importante esclarecer que a presença de multinacionais

⁵⁶ KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. São Paulo: Futura, 1997. p. 54.

⁵⁷ HANSON, Gordon H. *Should Countries Promote Foreign Direct Investment?* United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). United Nations, 2001. p. 22.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 11.

também gera um aumento nas importações, porém, o seu impacto é menor⁵⁹. Esse aumento nas exportações é explicado pelo fato de as multinacionais muitas vezes já exportarem quando realizam esse tipo de investimento⁶⁰, além de, como mencionado anteriormente, possuírem grande conhecimento do mercado internacional e transmitirem esses conhecimentos para empresas locais, estimulando sua atuação além das fronteiras nacionais.

Além disso, esses investimentos podem ser uma maneira de preencher “[...] a lacuna de ‘recursos’ ou de ‘poupança/investimento’ entre o investimento desejado e a poupança interna”⁶¹. Ou seja, se a poupança interna não é suficiente para realizar os investimentos necessários, o IED pode complementar essa renda, atuando em áreas carentes de investimento, e contribuindo para o desenvolvimento nacional.

A presença de multinacionais estimula a internacionalização das empresas locais, torna acessíveis conhecimentos tecnológicos avançados e técnicas gerenciais modernas, aumenta as exportações, incentiva o desenvolvimento da produção local através da concorrência, pode aumentar a oferta de emprego e pode suprir uma necessidade de investimentos fora do alcance do setor nacional.

O IED também pode trazer conseqüências negativas para o país receptor, como desequilíbrios na mão-de-obra (seja pela diferença salarial ou pelo aumento do desemprego, como nas situações mencionadas anteriormente), aumento no valor de insumos e prejuízo das empresas nacionais devido à concorrência desleal.

No entanto, esses fatores negativos podem ser neutralizados em grande parte se o setor produtivo do país possuir capacidade de desenvolvimento. Se as empresas reagirem às pressões da concorrência com melhoria na sua produção, então haverá maior oferta de emprego, menor prejuízo pelo aumento do preço dos insumos e melhoria do bem-estar do país receptor.

⁵⁹ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 21.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 20.

⁶¹ KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. São Paulo: Futura, 1997. p. 54.

CAPÍTULO 5 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL

5.1 Definições e procedimentos envolvendo capitais estrangeiros no Brasil

Investimentos são aplicações de recursos com o objetivo de receber retorno superior ao aplicado, ou seja, com expectativa de lucro. Esse investimento pode ser direto, quando se trata da criação ou aquisição de empresas, ou indireto, quando se refere a empréstimos ou financiamentos.

O investimento estrangeiro, ou investimento externo, consiste na aquisição de empresas, equipamentos e/ou interesses financeiros de um país por empresas, governos ou indivíduos de outros países.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os fluxos mundiais de IED e a participação do Brasil como receptor dos mesmos. Sendo assim, para fins deste, foram empregados os conceitos de investimentos e capitais estrangeiros definidos pela legislação brasileira, tal como apresentados a seguir.

No Brasil, a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior são disciplinadas pelas Leis n^{os}. 4.131/62⁶², e 4.390/64⁶³.

O artigo 1^o da Lei n^o. 4.131/62 define os capitais estrangeiros da seguinte forma:

“Consideram-se capitais estrangeiros, para os efeitos desta lei, os bens, máquinas e equipamentos, entrados no Brasil sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços, bem como os recursos financeiros ou monetários, introduzidos no país, para aplicação em atividades econômicas desde que, em ambas as hipóteses, pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior.”

Já os reinvestimentos são definidos pelo artigo 7^o da Lei 4.390/64, como segue:

⁶² BRASIL. *Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962*. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L4131.htm>> Acesso em: 10 fev. 2008

⁶³ BRASIL. *Lei n. 4.390, de 29 de agosto de 1964*. Altera a Lei n^o 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4390.htm> Acesso em 10 fev. 2008.

“Consideram-se reinvestimentos para os efeitos desta lei, os rendimentos auferidos por empresas estabelecidas no País e atribuídos a residentes e domiciliados no exterior, e que forem reaplicados nas mesmas empresas de que procedem ou em outro setor da economia nacional.”

De acordo com as leis supracitadas, todo capital estrangeiro ingressado no país, bem como as operações financeiras com o exterior, precisam ser registrados. O artigo 3º da Lei nº. 4.131/62 estabelece que serão submetidos à registro:

- a) os capitais estrangeiros que ingressarem no País sob a forma de investimento direto ou de empréstimo, quer em moeda, quer em bens;
- b) as remessas feitas para o exterior com o retorno de capitais ou como rendimentos desses capitais, lucros, dividendos, juros, amortizações, bem como as de "royalties", ou por qualquer outro título que implique transferência de rendimentos para fora do País;
- c) os reinvestimentos de lucros dos capitais estrangeiros;
- d) as alterações do valor monetário do capital das empresas procedidas de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. O registro dos reinvestimentos a que se refere a letra "c" será devido, ainda que se trate de pessoa jurídica com sede no Brasil mas filiada a empresas estrangeiras ou controlada por maioria de ações pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas com residência ou sede no estrangeiro”

O registro do capital deve ser realizado no Banco Central do Brasil (BACEN), através do “Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Externo Direto” (RDE-IED), do Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN). Para registro nesse sistema, consideram-se investimentos externos diretos:

“[...] as participações permanentes em empresas receptoras do país, ou, segundo as práticas usuais de mercado, as participações com ânimo de permanentes, detidas por investidor não-residente, pessoa física ou jurídica, residente, domiciliada ou com sede no exterior, mediante a propriedade de ações ou quotas representativas do capital social de empresas brasileiras, bem como o capital destacado de empresas estrangeiras autorizadas a operar no país”.⁶⁴

Esse registro é considerado declaratório porque não passa por verificação e não depende de nenhuma autorização preliminar por parte do Banco Central, e é de

⁶⁴ GUIA legal para o investidor estrangeiro no Brasil = Legal guide for the foreign investor in Brazil. – [8.ed.] – Brasília: Ministério das Relações Exteriores: São Paulo: CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 26.

responsabilidade apenas dos envolvidos na operação – investidor e receptor do investimento – o realizarem.

O artigo 4º da Lei nº. 4.390/64 estabelece que o registro de capitais estrangeiros deverá ser efetuado na moeda do país de origem, e o de reinvestimento simultaneamente em moedas nacional e na moeda do país para o qual poderiam ter sido remetidos os lucros. Para a realização da conversão da moeda, deverá ser considerada a taxa cambial do período durante o qual foi comprovadamente efetuado o reinvestimento.

Em adição, coloca que:

“[...] se o capital fôr representado por bens, o registro será feito pelo seu preço no país de origem ou, na falta de comprovantes satisfatórios, segundo os valores apurados na contabilidade da empresa receptora do capital ou ainda pelo critério de avaliação que for determinado em regulamento”.

Já o artigo 5º da Lei supracitada refere-se aos prazos para registro do investimento externo direto, e estabelece que o mesmo deverá ser requerido dentro de trinta dias da data do ingresso do investimento no país. No caso de registro de reinvestimento de lucro, esse prazo é o mesmo, contando a partir da data de aprovação do respectivo registro contábil pelo órgão competente da empresa.

De acordo com o livro *Capital Estrangeiro no Brasil*, o certificado emitido pelo BACEN:

“[...] é um título de divisas estrangeiras investidas no País, o qual declara e ampara três direitos do investidor estrangeiro:
o direito ao retorno do capital (repatriamento);
o direito à remessa de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio;
o direito ao reinvestimento em moeda estrangeira dos recursos remissíveis.”⁶⁵

Outro direito do investidor estrangeiro que vale ser mencionado é o assegurado pelo artigo 2º da Lei nº. 4.131/62, que estabelece que, ao capital estrangeiro investido

⁶⁵ PRICEWATERHOUSECOOPERS. *Capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2000. – (série legis-empresa; 3). p. 5.

no país será dispensado tratamento jurídico idêntico ao concedido ao capital nacional em igualdade de condições, salvo as discriminações previstas na mesma lei.

O Guia Legal para o Investidor Estrangeiro no Brasil esclarece que, via de regra, não existem restrições à remessa de lucros ao exterior, e que os lucros gerados a partir de 1996 estão isentos de imposto de renda retido na fonte⁶⁶.

Quanto ao repatriamento, informa que poderá ser realizado a qualquer tempo, sem necessidade de autorização prévia e sem a incidência de imposto de renda na fonte. No entanto, elucida que, de acordo com o artigo 690, inciso II, do Regulamento do Imposto de Renda de 1999, os valores que ultrapassarem proporcionalmente o investimento originalmente realizado, representando ganho de capital, estarão sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15%.

Adicionalmente, esclarece que o BACEN costuma verificar o patrimônio líquido da empresa envolvida no repatriamento, baseado em seu balanço patrimonial. Se o patrimônio for negativo, o BACEN “[...] *pode considerar ter havido uma diluição do investimento, negando assim autorização para repatriamentos num montante proporcional ao do resultado negativo apurado*”⁶⁷.

Outra situação que pode gerar restrições às remessas ao exterior é a falta de registro do investimento no Sistema RDE-IED, uma vez que esse registro é essencial para a realização de qualquer procedimento envolvendo o capital estrangeiro já inserido no país⁶⁸.

Não são apenas as remessas de capital ao exterior que podem sofrer restrições. Os investimentos estrangeiros também estão sujeitos a restrições e até mesmo vedações.

No caso do Brasil, não é autorizada a participação de capital estrangeiro em atividades que envolvam energia nuclear, serviços de saúde, serviços de correio e telégrafo, e indústria aeroespacial.

⁶⁶ GUIA legal para o investidor estrangeiro no Brasil = Legal guide for the foreign investor in Brazil. – [8.ed.] – Brasília: Ministério das Relações Exteriores: São Paulo: CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 29.

⁶⁷ Ibidem, p. 31.

⁶⁸ Ibidem, p. 32.

A exploração de serviços aéreos públicos para operação de transporte regular e as empresas jornalísticas e de radiodifusão apresentam restrições ao capital estrangeiro com direito a voto, limitando-o a 20 e 30% do capital, respectivamente. Além disso, esses setores admitem apenas brasileiros na gestão de algumas atividades. Também existem restrições à participação de capital estrangeiro em instituições financeiras, sendo necessária a alegação de interesse nacional para a sua autorização. Esses são alguns exemplos de restrições que o IED enfrenta no Brasil⁶⁹.

⁶⁹ GUIA legal para o investidor estrangeiro no Brasil = Legal guide for the foreign investor in Brazil. – [8.ed.] – Brasília: Ministério das Relações Exteriores; São Paulo: CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 32 – 33.

5.2 Aspectos externos e internos que influenciaram os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto a partir da década de 1980

A economia brasileira apresentou um dos maiores índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do mundo durante o período de 1951 a 1981, atingindo uma média de crescimento de 6,6% ao ano. Entretanto, a partir da década de 1980, o país apresentou uma queda nesse nível de crescimento⁷⁰.

Essa queda, no entanto, não foi um acontecimento particular da economia brasileira. O começo da década de 1980 representou um período de queda no nível de crescimento do PIB da maioria dos países do mundo.

Essa situação pode ser explicada por uma série de acontecimentos que ocorreram, particularmente, a partir da segunda metade do século XX.

Em 1944, foi estabelecido o sistema monetário internacional conhecido como Sistema Bretton Woods. Esse sistema era baseado no padrão ouro-dólar, e dependia do comprometimento dos EUA em manter a sua taxa de câmbio fixa para seu mantimento. No entanto, ao manter a taxa de câmbio fixa, os EUA se tornaram os maiores importadores do mundo, somando gastos enormes com a Guerra Fria⁷¹, com déficits internos e na Balança de Pagamentos, o que gerou grande instabilidade no país. Visando a recuperação da sua estabilidade interna, os EUA anunciaram seu abandono ao Padrão Ouro-Dólar, em meados da década de 1970, o que levou ao fim do Sistema Bretton Woods, mas não foi suficiente para garantir ao país o retorno a uma situação econômica confortável.

Em 1979, ocorreu uma revolução islâmica no Irã, liderada pelo aiatolá Khomeini, que gerou uma paralisação na produção de petróleo iraniana. Como esse país era o segundo maior exportador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o preço do barril de petróleo se elevou a valores recordes, provocando a

⁷⁰ FILHO Ernani Teixeira Torres Filho; PUGA Fernando Pimentel (ORG). *Perspectivas do investimento 2007/2010*. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. Rio de Janeiro: BNDES 2007. p. 17.

⁷¹ Período de antagonismo ideológico/militar entre o ocidente capitalista e a União Soviética e países satélites com regime comunista.

segunda crise do petróleo⁷². Essa crise se caracterizou por aumentos generalizados nos preços, uma vez que aumentou tanto o preço de produtos derivados do petróleo, quanto de produtos que dependem da energia produzida pelo mesmo para o seu desenvolvimento⁷³, e levou a um período de retração econômica mundial.

Como os EUA eram o maior comprador de petróleo do mundo, e ainda não havia se recuperado plenamente das deficiências adquiridas na época do Sistema Bretton Woods, o país precisou aumentar a sua taxa de juros, para tentar controlar a inflação interna. Essa manobra, junto com o acúmulo crescente de déficits em suas transações correntes, gerou uma retração da economia norte-americana, que “[...] *provocou crescente instabilidade nos fluxos de capital, nas taxas de câmbio e nas taxas de juros internacionais*”⁷⁴.

O livro *Perspectivas de Investimento 2007/2010*, do BNDES, esclarece que a desaceleração do crescimento da economia mundial ocorrido nos anos 80, pode ser, em grande parte, explicado pelas mudanças supracitadas nas relações entre a economia norte-americana e a mundial⁷⁵.

Com o aumento da taxa de juros norte-americana, diversos países que possuíam dívidas em dólares entraram em crise, devido ao conseqüente aumento do valor das suas dívidas. Tais reflexos foram ainda mais severos, conforme explicitado, junto às economias em desenvolvimento, entre elas a brasileira.

O México foi particularmente afetado pela instabilidade norte-americana, uma vez que, não apenas possuía uma grande dívida externa (em dólar), mas dependia grandemente dos EUA para a manutenção de seu comércio exterior, uma vez que o país era o seu maior parceiro comercial. Com o aumento do valor da dívida e a diminuição das importações por parte dos EUA, o México declarou moratória da sua dívida externa em 1982.

⁷² A primeira crise do petróleo ocorreu em 1973, quando os países do Oriente Médio diminuíram a sua produção, elevando substancialmente o preço do barril.

⁷³ Esse fenômeno é conhecido como Inflação de custo, e ocorre quando o impacto do aumento do preço de um produto gera um aumento de custo de toda a cadeia produtiva, levando a um aumento de preços generalizado.

⁷⁴ FILHO Ernani Teixeira Torres Filho; PUGA Fernando Pimentel (ORG). *Perspectivas do investimento 2007/2010*. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. Rio de Janeiro: BNDES 2007. p. 18.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 18.

Isso gerou um agravamento na situação econômica dos países latino-americanos, que já sofriam com o aumento da dívida externa e, a partir da moratória do México, passaram a padecer com restrições ao acesso a financiamentos externos, o que provocou graves crises de liquidez nesses países. Essa situação ficou conhecida como a Crise da Dívida Externa.

Como consequência dessa retração no crescimento mundial, o fluxo mundial de IED diminuiu 14,47% em 1982 e 14,67% em 1983. Na América Latina, a queda do nível de IED foi mais acentuada, chegando a atingir 26,8% em relação ao ano anterior, em 1983. No Brasil, as maiores quedas foram registradas em 1983 e 1986, atingindo 58,1% e 78,6%, respectivamente, em relação aos anos anteriores. Em 1987, o país registrou um crescimento anual de 300% em seu influxo de IED, atingindo o valor de 1,2 bilhões de dólares. Apesar do grande aumento em relação ao ano anterior, o influxo de IED não foi grande, tendo sido maior apenas que os influxos de 1986 (USD 0,3 bilhões) e do período anterior a 1975 (tabela 4). Ainda assim, nesse mesmo ano, o Brasil veio a declarar moratória dos juros da dívida externa.

Em 1989, o Brasil decretou mais uma vez moratória da dívida externa, o que fez com o que os fluxos de IED caíssem 60,7% em 1989 e 9,1% em 1990, em relação aos anos anteriores, atingindo um dos níveis mais baixos desde 1973, acima apenas dos influxos recebidos em 1986 (tabela 4).

Também em 1989 surgiu o Plano Brady, que permitiu aos países afetados pelo aumento da taxa de juros dos EUA renegociar suas dívidas, através de concessões como aumento do prazo de pagamento e concessão de descontos. Diversos países em desenvolvimento – entre eles o Brasil – renegociaram sua dívida e, ao garantirem uma maior estabilidade externa, puderam se focar no desenvolvimento da economia interna.

No trabalho *O Desenvolvimento de Ambiente Favorável no Brasil para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*, mencionado anteriormente, as autoras esclarecem que no Brasil, buscando estimular os fluxos de IED, que permaneciam em níveis muito baixos, “[...] foi implementado um conjunto de medidas liberalizantes, de forma a promover a abertura comercial ao exterior e a desregulamentação do mercado interno”⁷⁶ no começo

⁷⁶ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 10.

da década de 1990. Em adição, elucidam que “[...] a carência de investimentos que se refletia na precariedade dos serviços de infra-estrutura, principalmente nas áreas de energia, telecomunicação, transportes e portos levou à implementação da fase inicial do programa de privatizações”⁷⁷.

No entanto, essas medidas não foram suficientes para recuperar os fluxos de IED, pois o país ainda precisava controlar a inflação para se mostrar atraente ao investimento estrangeiro. Sendo assim, o Brasil lançou, em 1994, o Plano Real, que buscava ajustar a política monetária e fiscal, de forma a controlar o crescimento inflacionário. Em consequência, o influxo de IED aumentou consideravelmente a partir de 1994. Ainda assim, reformas mais profundas se faziam necessárias para garantir o desenvolvimento do país, como será verificado mais adiante.

Em 1992 o México assinou o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), o que foi uma grande oportunidade de investimentos para empresas americanas, que buscavam custos mais baixos (mão-de-obra, matérias-primas) e legislação ambiental mais flexível. No entanto, essas empresas não levavam tecnologia para o país e eram responsáveis apenas pelos processos de montagem, destinando sua produção para os EUA.

Isso levou a um aumento no volume das exportações do México para os EUA. Com o maior influxo de dólares, resultantes das exportações e do IED, o peso mexicano ficou supervalorizado, e o México começou a perder competitividade nos mercados estrangeiros e, posteriormente, nos EUA.

O superávit da Balança de Pagamentos do México começou a diminuir gradativamente. Em adição, os bancos e empresas locais haviam buscado muitos empréstimos no exterior. A inflação começou a crescer e surgiu uma grande pressão para a desvalorização da moeda. Quando essa desvalorização ocorreu, em 1994, surgiram pressões especulativas, que forçaram o país a desvalorizar ainda mais para compensar a evasão de divisas decorrente da especulação.

As dívidas que haviam sido adquiridas em dólares aumentaram de valor, dessa vez em função da desvalorização da moeda nacional (diferente da Crise da Dívida

⁷⁷ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 10.

Externa, na qual o aumento dos juros norte-americanos elevou o valor das dívidas) levando à quebra de bancos e empresas, o que agravou a crise.

Essa crise, que ficou conhecida como Crise Tequila, não levou a uma redução nos IED recebidos pelos países da América Latina e Caribe, apenas a uma diminuição da taxa de crescimento, de 83,5% verificados no ano de 1994 para 2,1% em 1995. Cabe ressaltar que, em 1995, os fluxos mundiais de IED aumentaram 34,8% e os fluxos para os países em desenvolvimento aumentaram 12,1% (tabela 4).

Em 1997 ocorreu uma nova crise internacional, dessa vez afetando os países asiáticos. Foi um fenômeno similar ao ocorrido no México, mas na zona de influência do *Yene* (Japão), e não do dólar norte-americano. As multinacionais japonesas buscavam melhores relações de custo-benefício nos países do sudeste asiático, o que gerou grande número de investimentos na região e bolhas de crescimento especulativo, supervalorizando as moedas locais.

Da mesma forma que no México, as exportações dos países do sudeste asiático começaram a perder competitividade e, em adição, esses países mantinham taxas de juros muito altas, o que os tornou muito dependentes de capitais de curto prazo. Em 1997, a Tailândia desvalorizou a sua moeda, o *Bath*, e sofreu uma onda de ataques especulativos. Em seguida, foram desvalorizadas as moedas das Filipinas, Malásia e Indonésia. As bolsas de valores de diversos países asiáticos registraram quedas, e surgiram ataques especulativos às suas moedas nacionais.

Essa crise surpreendeu o mercado financeiro mundial, pois afetou países que eram considerados seguros para o investimento, uma vez que fizeram parte do chamado Milagre Asiático, ocorrido entre a década de 1980 e 1990, durante o qual registraram altas taxas de crescimento. Assim, a chamada Crise dos Países Asiáticos gerou uma queda nas bolsas de valores do mundo todo.

Em 1997, os fluxos mundiais de IED continuaram a crescer, ainda que a uma taxa mais baixa nos países asiáticos. Enquanto os fluxos mundiais se expandiram 24,6% nesse ano, aqueles direcionados para os países asiáticos cresceram 12,3%. Em 1998, no entanto, os IED recebidos por esses países caíram 9,8%⁷⁸, enquanto o total

⁷⁸ UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *FDIStat*. 2007. Disponível em: <<http://stats.unctad.org/fdi/ReportFolders/ReportFolders.aspx>> Acesso em: 10 mai. 2008.

direcionado para os países em desenvolvimento registrou uma queda de 0,5% (tabela 4).

É interessante mencionar que, em 1997, o fluxo de IED para países em desenvolvimento cresceu acima da média mundial, atingindo uma taxa de 29,7%. No entanto, em 1998, enquanto esses países registraram uma queda na taxa de crescimento dos IED recebidos, o fluxo mundial expandiu 45%, e aqueles direcionados para os países desenvolvidos cresceram 77,63%, demonstrando uma menor propensão ao investimento em economias em desenvolvimento (tabela 4).

Apesar das seguidas crises e conseqüente instabilidade internacional ocorrida na segunda metade da década de 1990, o Brasil conseguiu manter sua estabilidade, em grande parte porque possuía grandes reservas de divisas estrangeiras. Em 1997, o país teve um crescimento anual de 75,9% em seu influxo de IED, seguido por um aumento de 51,6% em 1998, registrando uma entrada de USD 28,8 bilhões no último ano (tabela 4).

No entanto, em 1998, ocorreu uma nova crise, dessa vez na Rússia, e o Brasil não pôde mais manter sua política econômica da mesma forma, sendo obrigado a realizar mudanças nas suas políticas monetária, cambial e fiscal.

Nesse período, a Rússia ainda estava em fase de transição após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O país tinha problemas de adaptação econômica, já que, até então, sua economia era voltada prioritariamente para a área militar. Assim, várias empresas começaram a ter problemas com a sua “reconversão para a área civil”. A inflação disparou, uma vez que, durante a existência da URSS, os preços eram artificialmente controlados.

O governo russo estava enfrentando grandes dificuldades para controlar a sua política fiscal e, percebendo isso, os investidores temiam investir no país. O mercado não tinha poupança interna para financiar o governo, tornando necessária a captação de recursos externos. Sendo assim, o país começou a emitir e pagar títulos de dívida pública interna em dólares, o que conferia mais confiança aos investidores estrangeiros.

Uma vez que essa ação não corrigia o problema de falta de capital interno, a Rússia continuava precisando captar capital estrangeiro. Como apenas garantir o

pagamento em dólar não era suficiente para atrair os investidores, o país também mantinha sua taxa de juros muito alta.

Os juros ficavam cada vez mais altos e, em um momento, o total da dívida ficou superior às reservas do país. A Rússia teve que desvalorizar a moeda, e declarou moratória da dívida pública interna, o que gerou uma nova crise que afetou todos os países em desenvolvimento, uma vez que abalou a confiança dos investidores internacionais.

A Crise da Rússia levou a uma evasão de capital e a um ataque especulativo muito forte no Brasil, o que gerou um grande prejuízo para o país. Em adição, o estado de Minas Gerais declarou moratória da sua dívida externa em dezembro de 1998, o que diminuiu ainda mais a confiança dos investidores

Sendo assim, o Brasil realizou uma reforma na política fiscal, na política monetária, voltada para o controle da inflação, e uma reforma cambial, uma vez que não tinha mais condições de manter a moeda supervalorizada. No entanto, ao invés de decretar desvalorização, como o México, o Brasil liberou o câmbio e permitiu que o mercado regulasse o valor da moeda. Essa atitude controlou a especulação e poupou o BACEN do ônus de ter que gastar as reservas de divisas estrangeiras para manter a moeda em determinado patamar. O dólar chegou a R\$ 4,00, mas depois foi se ajustando, uma vez que país demonstrou estar no caminho certo para a estabilização econômica.

Em 1999, o Brasil teve uma pequena queda em relação ao ano anterior, de 0,7%, nos IED recebidos e, no ano seguinte, o influxo aumentou 14,7%, atingindo o valor recorde de USD 32,8 bilhões (tabela 4). O grande volume de IED recebido pelo país acompanhou um recorde mundial no fluxo de IED, que atingiu USD 1.411,4 bilhões (tabela 4), levado, em grande parte, “[...] *pela ocorrência de uma onda de investimentos com predominância de operações de aquisição e fusão de empresas*”⁷⁹.

⁷⁹ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 11.

O Brasil foi particularmente beneficiado por essa tendência “[...] *em virtude do processo de privatização empreendido na década de 90, que contou com expressiva participação do capital estrangeiro*”⁸⁰.

Apesar da tendência mundial de aumento nos IED, a América Latina e Caribe apresentaram uma queda de 6,1% em seu influxo no ano 2000 (tabela 4). Essa queda pode ser explicada por uma profunda crise econômica ocorrida na Argentina, que levou o país à recessão.

Um fator importante que contribuiu para a ocorrência dessa crise foi que, em 1991, a Argentina adotou o câmbio fixo, com o peso no valor de USD 1. O objetivo era controlar a hiperinflação que assolou o país na década de 1980. Além de bem sucedido no controle da inflação, o plano melhorou o desempenho econômico do país.

Esse desempenho positivo continuou até 1995, quando a sucessão de crises internacionais mencionada anteriormente começou a afetar o país, em grande parte devido à redução da confiança dos investidores em economias em desenvolvimento. Quando ocorreu a liberalização cambial do Real, em 1999, a economia Argentina foi profundamente afetada.

Como a Argentina manteve a sua paridade cambial, os produtos do país perderam competitividade no mercado internacional, uma vez que os demais países em desenvolvimento estavam desvalorizando suas moedas, e o valor dos produtos importados caiu, o que prejudicou empresas locais.

O governo argentino estreitou a política fiscal, aumentando os impostos, para tentar manter a credibilidade internacional do país. Em adição, como a moeda nacional estava atrelada ao dólar, o governo argentino não pôde diminuir a taxa de juros quando o país entrou em recessão, em 1997, dificultando o pagamento de dívidas adquiridas após a dolarização da economia.

Essa situação levou a uma redução muito acentuada nos influxos de IED para a Argentina, que diminuíram continuamente até 2003. Essas sucessivas quedas

⁸⁰ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 11 – 12.

totalizaram 163,87%, que reduziu os IED de USD 9,2 bilhões em 1997 para USD 1,6 bilhões em 2003⁸¹.

No entanto, essa redução nos IED recebidos pela Argentina também pode ter sido influenciada por outros acontecimentos na economia mundial. Durante o período de 2001 a 2003 houve uma sucessão de quedas nos fluxos mundiais de IED sendo que, apenas em 2001, esse fluxo reduziu 41% (tabela 4). O trabalho *Desenvolvimento de Ambiente Favorável no Brasil para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto* aponta três fatores que contribuíram para esse arrefecimento, sendo estes: a queda nas bolsas dos EUA, o desaquecimento da economia global, em decorrência dos atentados terroristas de 11 de setembro e conturbações bélicas, bem como fraudes descobertas na contabilidade de grandes empresas americanas e multinacionais⁸².

Ainda que a redução nos fluxos de IED tenha sido menor nos países em desenvolvimento (caindo 17,2%), a redução no Brasil atingiu 31,7% (tabela 4). A queda mais acentuada no país pode ser explicada pelo declínio do programa de privatizações, pela crise energética⁸³ que o país enfrentava e pela proximidade da eleição presidencial⁸⁴.

No que se refere à eleição presidencial brasileira, o temor dos investidores dizia respeito à transição de partidos, uma vez que havia uma crescente possibilidade da presidência do país ser ocupada por um membro do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido de oposição com tendências populistas. Os investidores temiam que o novo governo fosse mudar a política econômica positiva estabelecida pelo governo anterior. Em um artigo datado de agosto de 2001, um website de economia divulgou que o jornal britânico *Financial Times* acreditava que o Brasil podia ser afetado pela Crise da Argentina, e que:

⁸¹ UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *FDIStat*. 2007. Disponível em: <<http://stats.unctad.org/fdi/ReportFolders/ReportFolders.aspx>> Acesso em: 10 mai. 2008.

⁸² GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 6 e 12.

⁸³ Em 2001, após um período de estiagem, foi introduzido um racionamento de 20% no consumo de energia em todo o Brasil, excetuando a região sul, devido à redução dos níveis dos reservatórios de água do país.

⁸⁴ GREGORY, op.cit. p. 12.

“Apesar de não ver riscos no líder petista, o jornal (Financial Times) alerta para o perigo do populismo ganhar terreno no país. ‘Com o desaquecimento da economia e com o crescimento do custo social do ajuste, os políticos brasileiros poderão ser tentados a adotar soluções politicamente mais fáceis para os consideráveis problemas de desenvolvimento do país do que aquelas implementadas por (Fernando Henrique) Cardoso. O perigo de uma guinada para o populismo poderia colocar em risco a sólida estrutura macroeconômica tão arduamente implementada nos últimos anos.’”⁸⁵

Sendo assim, o PT divulgou a Carta ao Povo, na qual declarou que manteria a gerência macroeconômica inalterada. O partido venceu as eleições de 2002 e, em 1º de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, ocupou a presidência da República Federativa do Brasil.

O partido cumpriu a promessa de manter a política macroeconômica do governo anterior, o que recuperou a confiança dos investidores estrangeiros. Em 2004 os IED recebidos cresceram 79,2% e, em 2007, atingiram novo recorde, de USD 37,4 bilhões (tabela 4).

Na ocasião da primeira crise do México, o Brasil foi contagiado pelo panorama internacional negativo, o que fez com que o influxo de IED ficasse estagnado em cerca de USD 1 bilhão. Os influxos de IED para o Brasil apresentaram oscilações constantes, variando entre USD 0,3 bilhão e USD 2,8 bilhões, durante a década de 1983 a 1993, o que expôs a grande fragilidade do país ante o cenário internacional.

No entanto, pode-se verificar que o volume de IED recebido pelo Brasil cresceu de maneira sustentada a partir de 1994, com a criação do Plano Real. O país apresentou crescimento nos seus influxos durante a Crise da Tequila, em 1994, e durante a Crise dos Países Asiáticos, em 1997, o que demonstrou uma melhor posição do país em relação às oscilações internacionais.

Como mencionado anteriormente, as reformas do Plano Real melhoraram a situação do Brasil, mas não foram suficientes para manter seu equilíbrio. A Crise da Rússia, ocorrida em 1998 expôs as fragilidades do país, e o obrigou a realizar amplas reformas internas. A degradação da estabilidade brasileira causada por esta crise levou a uma pequena queda nos IED recebidos pelo país em 1999, mas foi compensada no ano seguinte, uma vez que as políticas aplicadas se mostraram eficientes.

⁸⁵ ECONOMIANET. *Financial Times diz que Brasil pode ser contaminado pela crise da Argentina*. 2001. Disponível em <http://www.economiabr.net/2001/08/01/br_crise_ar.html> Acesso em: 25 mai. 2008.

**Tabela 4: Fluxos de Entrada de IED, 1971 - 2006
(USD bilhões)**

Ano	1971- 1975	1976- 1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Mundo	20,7	36,4	69,4	59,4	50,7	58,9	57,9	88,6	140,6	164,9
PED*	4,9	7,7	24,1	26,5	17,6	17,7	14,2	15,7	21,4	30,3
ALC**	2,2	4,6	8,7	7,1	5,2	4,1	6,2	4,6	5,4	9,0
Brasil	0,9	1,9	2,5	3,1	1,3	1,5	1,4	0,3	1,2	2,8

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Mundo	192,9	201,6	154,8	170,5	224,1	254,2	342,6	392,7	489,2	709,3
PED*	30,6	35,9	39,9	53,2	77,6	103,5	116	147	190,6	189,6
ALC**	8,5	9,7	11,8	16,2	15,8	29	29,6	46,3	73,4	84,6
Brasil	1,1	1,0	1,1	2,0	1,3	2,1	4,4	10,8	19,0	28,8

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007***
Mundo	1.098,90	1.411,40	832,6	622	564,1	742,1	945,8	1.305,80	1.537,90
PED*	228,5	256,1	212	166,3	178,7	283	314,3	379,1	438,4
ALC**	104,1	97,8	78,5	54,3	44,7	94,3	75,5	83,7	125,8
Brasil	28,6	32,8	22,4	16,6	10,1	18,1	15,1	18,8	37,4

Fonte: Elaborado pela autora com base nos indicadores de IED do website FDIStat, da UNCTAD, e na declaração à imprensa 2008/001 da UNCTAD

** América Latina e Caribe

*** Os Dados de 2007 são estimativas preliminares da UNCTAD – não são dados oficiais

Os influxos de IED no Brasil voltaram a cair em 2001, devido a uma combinação da desaceleração da economia mundial com temores dos investidores em relação aos rumos da política econômica do país, encerramento do ciclo de privatizações e crise de escassez energética nacional. No entanto, uma vez passada a crise da economia mundial, evidenciado o comprometimento do país com a continuação de uma política macroeconômica positiva e recuperado o sistema energético, os influxos retomaram o crescimento, atingindo um valor recorde de USD 37,4 bilhões em 2007. Esse valor representou um crescimento de 98,9% em relação ao influxo do ano anterior, um índice muito acima do crescimento de IED registrado em nível mundial, que foi de 17,8% no mesmo ano.

Mesmo com a ocasião da crise de crédito norte-americana, citada anteriormente, e a conseqüente instabilidade no cenário financeiro internacional, os IED recebidos pelo Brasil alcançaram um recorde no mês de abril de 2008, registrando um influxo de USD 3,8 bilhões. O acumulado de janeiro a abril desse ano também configura um recorde para o período, com o total de USD 12,6 bilhões⁸⁶, o que demonstra que o país está apresentando uma grande resistência em meio a uma crise internacional.

⁸⁶ INVESTIMENTO estrangeiro também é recorde. Folha de São Paulo. São Paulo. 27 mai. 2008. Disponível em:
<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=458672>
Acesso em: 27 mai. 2008.

5.3 Características do Brasil como receptor de Investimentos Estrangeiros Diretos

5.3.1 Fatores internos que influenciam a atração de Investimento Estrangeiro Direto pelo Brasil

Conforme apresentado anteriormente, os fatores considerados mais atraentes para o IED na América Latina e Caribe são a expectativa de crescimento do mercado local, seguida pelo tamanho do mesmo, acesso à mão-de-obra qualificada, acesso ao mercado regional e disponibilidade de recursos naturais (tabela 3).

No caso específico do Brasil, as preferências seguem exatamente essa ordem⁸⁷. O país é o quinto mais populoso do mundo⁸⁸ e estima-se que terá uma população de 191,9 milhões de habitantes em julho de 2008⁸⁹, o que torna o tamanho do mercado interno um fator de grande influência na escolha dos investidores, sendo considerado o segundo fator mais importante para a realização desse tipo de investimento no Brasil.

Conforme mencionado acima, o “crescimento do mercado” é considerado o fator mais importante para direcionamento de IED ao Brasil, e existe uma série de aspectos que contribuem para uma expectativa positiva em relação ao mercado brasileiro. Como foi citado anteriormente, o Brasil realizou uma série de reformas na década de 1990 e, no final desse período, implementou políticas macroeconômicas responsáveis, que conferiram uma maior estabilidade e possibilidade de desenvolvimento para o país.

Como pode ser verificado na figura 5, o PIB do Brasil cresceu continuamente a partir da criação do Plano Real, em 1994, e de maneira mais acentuada a partir do ano 2000, logo após a realização das reformas mencionadas acima.

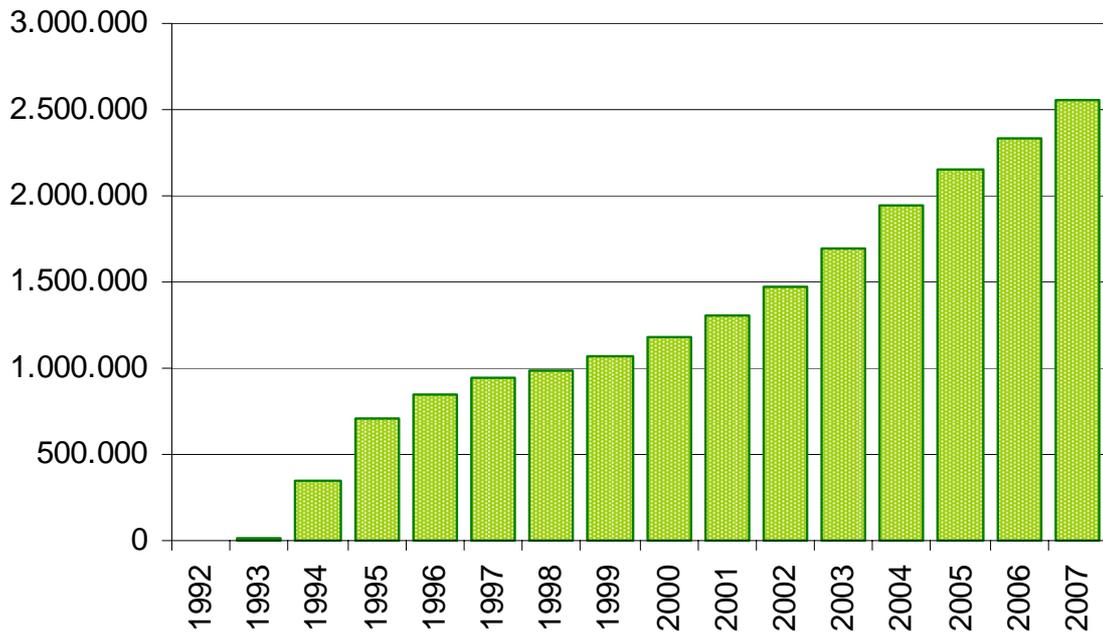
⁸⁷ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Prospects Survey 2007-2009*. United Nations. New York and Geneva, 2007. p. 29.

⁸⁸ GEOHIVE. *Current world population (ranked)*. Disponível em: <<http://www.xist.org/earth/population1.aspx>> Acesso em: 6 jun. 2008.

⁸⁹ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> Acesso em: 6 jun. 2008

Esse crescimento acelerado apresentado pelo país, acompanhado por políticas internas de incentivo ao emprego e ensino, levaram à criação de um forte mercado consumidor e a uma maior qualificação da força de trabalho brasileira, o que também explica o interesse dos empresários pela mão-de-obra nacional.

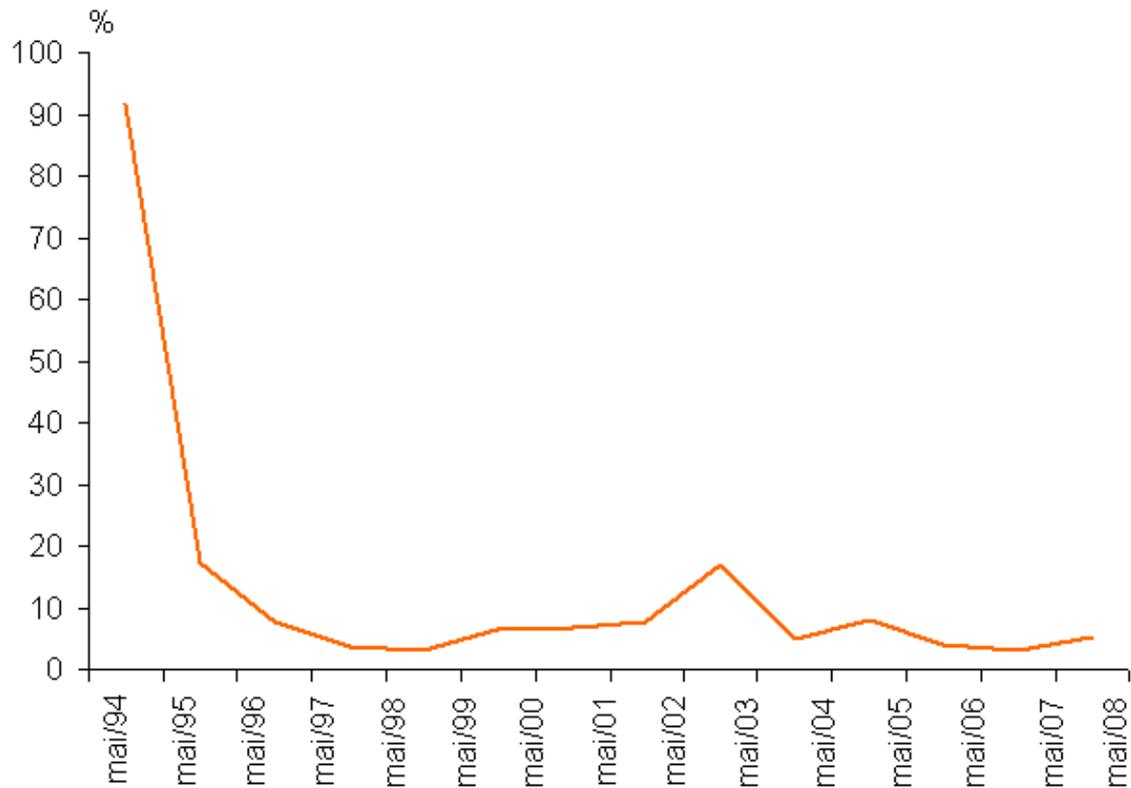
Figura 9: PIB do Brasil - Anual - R\$ (milhões)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo BACEN.

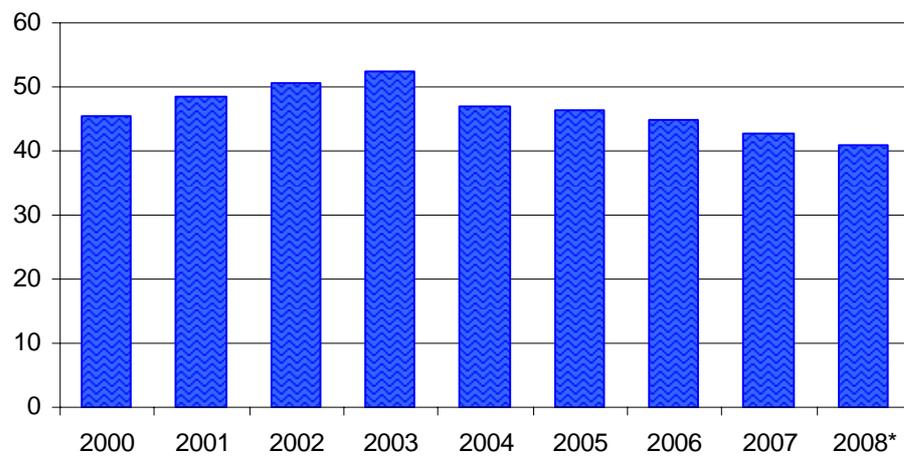
Em adição, o Brasil foi muito bem sucedido no controle da sua inflação (Figura 6), que é realizado pelo BACEN através da variação da taxa de juros do país. A redução da inflação permitiu o desenvolvimento de um mercado consumidor interno vigoroso, o que confere sustentação ao crescimento. O governo brasileiro também tem cumprido as metas de superávit primário das contas públicas, estabelecidas no final da década de 1990. Essas metas obrigam o governo a gastar menos do que arrecada e a utilizar o excedente para cobrir a dívida pública passada. Dessa forma, o país conseguiu reduzir a sua dívida interna, como pode ser verificado na figura 7. Isso é muito importante para a imagem do país, uma vez que a redução da relação entre dívida pública e o PIB nacional é um indicador de estabilidade da nação.

Figura 10: Redução da Inflação - IPCA acumulado em 12 meses



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo IBGE.

Figura 11: Dívida Pública (% PIB)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo BACEN.

* Dados compilados até abril de 2008.

Quanto ao acesso ao mercado regional, quarto fator mais importante indicado pelo WIPS 2007-2009, o país representa uma porta para o MERCOSUL, que é o terceiro maior bloco econômico do mundo, possui um PIB de mais de 2 trilhões de dólares (em Paridade de Poder de Compra⁹⁰, estimativa de 2007) e uma população de mais de 240 milhões de pessoas (estimativa de 2008)⁹¹.

Seguindo o acesso ao mercado regional, o quinto fator considerado mais importante para os investidores direcionarem seus IED para o Brasil é a disponibilidade de recursos naturais. O país possui 394 milhões de hectares de áreas cultiváveis e apenas 16% são atualmente empregadas para o plantio⁹². É um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* agrícolas e minerais do mundo, sendo o maior produtor de etanol e minério de ferro, e o maior exportador de produtos como a cana de açúcar, soja, carne, sucos de frutas e frango do mundo⁹³.

Em adição, o Brasil possui o maior volume de água doce do planeta, representando 13,7% do total mundial⁹⁴ e esse grande volume de recursos hídricos possibilita que a maior parte da energia do país seja produzida em usinas hidrelétricas. Também em relação ao setor energético, o país realizou grandes investimentos na exploração de petróleo e conseguiu passar da condição de importador para exportador líquido dessa *commodity* em 2006⁹⁵.

As mencionadas condições geográficas e demográficas do Brasil, bem como a atual situação macroeconômica do país – estabilidade política, econômica e cambial – facilita a atração do IED. No entanto, existem diversos outros fatores considerados

⁹⁰ A Paridade do Poder de Compra é um método da economia utilizado para calcular o poder de compra dos países em relação a uma determinada moeda (geralmente o dólar americano), considerando fatores além do câmbio.

⁹¹ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> Acesso em: 6 jun. 2008

⁹² O GLOBO ONLINE. *Recursos naturais são "alquimia brasileira", diz colunista do NYT em Fórum Nacional*. 2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/05/26/recursos_naturais_sao_alquimia_brasileira_diz_colunista_do_nyt_em_forum_nacional-546513176.asp> Acesso em: 03 jun. 2008.

⁹³ AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÃO E INVESTIMENTOS (APEX). *Recursos Naturais*. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/interna.aspx?id=274>> Acesso em: 03 jun. 2008.

⁹⁴ WORLD WILD FUND (WWF). *Você sabia que...* 2008. Disponível em:

<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/meio_ambiente_brasil/agua/voce_sabia_aguas/index.cfm> Acesso em 03 jun. 2008.

⁹⁵ AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÃO E INVESTIMENTOS (APEX). *Recursos Naturais*. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/interna.aspx?id=274>> Acesso em: 03 jun. 2008.

pelas empresas nos quais o Brasil não apresenta nenhuma vantagem em relação aos demais países e que podem, até mesmo, levar à evasão de investimentos.

De acordo com o WIPS 2007-2009, fatores que envolvem a administração federal e/ou estadual, como eficiência e incentivos governamentais, e existência de ambiente para investimentos estável, tiveram uma participação bastante pequena dentre os fatores considerados atraentes para o IED no país⁹⁶.

Isso pode ser explicado pela existência de uma burocracia excessiva e ineficiente, que dificulta o investimento e restringe a ação das empresas no Brasil⁹⁷. Acrescenta-se o fator da carga tributária do país, que é extremamente alta, tendo alcançado 37% do PIB nacional em 2007⁹⁸, e cuja legislação é muito complexa, o que também configura um obstáculo para as empresas estrangeiras se instalarem no país.

Infelizmente, a ação reguladora ineficiente não é a primeira barreira encontrada por empresários interessados em investir no Brasil. Em um trabalho sobre a atração de IED pelo Brasil⁹⁹, Denise Gregory e Maria Fatima Berardinelli divulgaram um estudo sobre as barreiras enfrentadas pelos investidores no país. Esse estudo, realizado pelo Serviço de Assessoramento sobre Investimentos Estrangeiros – FIAS, afirma que, entre diversos outros fatores negativos, a obtenção de informações sobre o Brasil foi considerada difícil pelos entrevistados e aponta que os dados estão dispersos, são de difícil acesso e as informações não se encontram disponíveis em outros idiomas¹⁰⁰.

A infra-estrutura brasileira também configura um fator negativo para a atração de IED pelo país. As estradas encontram-se em péssimas condições, os portos e ferrovias estão defasados e o país passou recentemente por uma série de crises envolvendo o sistema aéreo nacional. Esses fatores demonstram que toda a malha viária carece de

⁹⁶ UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Prospects Survey 2007-2009*. United Nations. New York and Geneva, 2007. p. 29.

⁹⁷ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 29.

⁹⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. *Economia & negócios*. 2008. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2008/02/10/eco-1.93.4.20080210.1.1.xml>> Acesso em: 03 jun. 2008.

⁹⁹ GREGORY, op. cit. p. 32.

¹⁰⁰ FIAS - Foreign Investment Advisory Service, International Finance Corporation/World Bank. *Barreiras Jurídicas, Políticas e Administrativas aos Investimentos no Brasil*. 2001 apud GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 29.

investimentos e apoio do governo. Além disso, faltam espaços adequados para armazenamento de mercadorias, bem como equipamentos de embarque eficientes.

Outro fator que prejudica a atração de IED pelo Brasil é a qualificação da mão-de-obra local. Ainda que, conforme mencionado anteriormente, a existência de mão-de-obra qualificada seja considerada um importante fator de atração desse tipo de investimento, a limitação da mesma restringe a expansão do IED. Isso ocorre porque o nível da qualificação da mão-de-obra brasileira ainda é, na sua maior parte, aquém do necessário para suprir as necessidades das filiais, principalmente no que diz respeito a atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos (P&D).

Uma matéria disponível no Portal Exame, de janeiro de 2008, divulga um estudo da Unicamp realizado com dezenas de filiais de multinacionais instaladas no Brasil, que verificou que “[...] 81,7% (das filiais entrevistadas) consideram que a escassez de mão-de-obra qualificada será fator crítico nos próximos cinco anos no que diz respeito aos investimentos em P&D no País”¹⁰¹. Ou seja, uma empresa pode realizar um investimento inicial no país, mas ficar receosa em ampliá-lo por temer que não haja mão-de-obra qualificada suficiente para suprir a sua demanda. Mais ainda, uma empresa que seja intensiva no emprego de mão-de-obra qualificada pode decidir não realizar nenhum investimento no Brasil, uma vez que buscará países onde o nível de qualificação atenda às suas necessidades.

Outra pesquisa, realizada pela Consultoria Heidrick & Struggles, em parceria com a *Economist Intelligence Unit*, aponta que a capacidade do Brasil de desenvolver, atrair e reter bons profissionais irá diminuir nos próximos cinco anos. O país foi apontado como o único dentre os BRICs (grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China) que irá perder pontos em um ranking elaborado por essa consultoria, que avalia 30 países pela sua capacidade de cultivar mão-de-obra competente, caindo do 23º para 25º lugar até 2012¹⁰².

101 PORTAL EXAME. *Multinacionais: Brasil tem pouca mão de obra qualificada*. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/m0149213.html>> Acesso em: 3 jun. 2008.

102 PORTAL EXAME. *Brasil cairá em ranking de mão-de-obra qualificada*. Disponível em: <<http://www.portalexame.abril.com.br/gestaoepessoas/m0139363.html>> Acesso em: 3 jun. 2008.

Em adição, os encargos em relação à força de trabalho no Brasil prejudicam a contratação de mão-de-obra, uma vez que podem custar mais de 90% sobre o salário do trabalhador contratado.

Além da supracitada escassez de mão-de-obra qualificada, outro fator que restringe a expansão dos IED realizados no país é a insegurança em relação à disponibilidade de energia elétrica suficiente para manter a cadeia produtiva nacional. Conforme mencionado anteriormente, o país passou por uma crise energética em 2001, que limitou o acesso à energia e contribuiu para uma queda no influxo de IED. Atualmente, existe uma grande preocupação em relação à capacidade do país de suprir a demanda por energia elétrica, uma vez que a oferta de energia baseia-se no clima, que é um fator instável, e isso torna arriscada a realização de grandes investimentos produtivos.

5.3.2 Principais países de origem dos Investimentos Estrangeiros Diretos recebidos pelo Brasil

Os IED recebidos pelo Brasil são tipicamente provenientes de países desenvolvidos e paraísos fiscais. Como pode ser verificado na tabela 5, o único país em desenvolvimento que esteve entre os cinco maiores investidores no Brasil desde 2001 foi o México, tendo sido o terceiro maior investidor no país no ano de 2005. Em 2007, a posição do México caiu para 17º lugar, com um investimento de apenas USD 408,81 milhões, apresentando uma queda de 75,39% em relação ao ano de 2005.

O grupo dos países em desenvolvimento contribuiu com uma média de 17,89% dos IED recebidos pelo Brasil durante o período de 2001 a 2007. Esses países atingiram o seu nível máximo de participação em 2003, contribuindo com o valor de USD 3,24 bilhões em IED, o que representou 25,15% do total recebido pelo Brasil no mesmo ano¹⁰³.

A região que mais investiu no Brasil em 2007 foram os Países Baixos, com um valor de USD 8,1 bilhões. Esse valor representou um aumento de 132,23% nos investimentos realizados em relação ao ano anterior, e uma contribuição com 24,08% do montante total recebido pelo Brasil em 2007. O segundo maior investidor em 2007 foram os EUA, com o valor de USD 6 bilhões, contribuindo com 17,92% do volume total recebido, e o terceiro maior foi Luxemburgo, com um valor de USD 2,8 bilhões, e 8,47% do total recebido (Tabela 5).

De acordo com a Câmara de Comércio Holando-Brasileira (DUTCHAM), em 1995, o número de empresas holandesas no Brasil era estimado em cerca de 50, sendo que esse número incluía praticamente todas as maiores multinacionais holandesas, e a maioria já estava estabelecida no país há décadas. Em 2001 esse número cresceu para mais de 200, motivado principalmente por pequenas fábricas especializadas em produtos de alta tecnologia de diversos campos, além de fornecedores de serviços tais

¹⁰³ BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Investimento estrangeiro direto*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INVEDIR>> Acesso em: 7 jun. 2008.

como Empresas de Consultoria e Engenharia, organizadores de feiras de negócios, e similares¹⁰⁴.

A Câmara também esclarece que grande parte dos investimentos holandeses no Brasil é empregada na indústria de transformação, seguida pelo setor de serviços¹⁰⁵.

**Tabela 5: Principais países com Investimentos Diretos no Brasil
(em USD Milhões)**

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
EUA	Países Baixos	EUA	Países Baixos	EUA	EUA	Países Baixos
4.464,93	3.372,46	2.382,75	7.704,85	4.644,16	4.433,68	8.116,13
Espanha	EUA	Cayman, Ilhas	EUA	Países Baixos	Países Baixos	EUA
2.776,58	2.614,58	1.909,58	3.977,83	3.207,92	3.494,94	6.039,19
França	França	Países Baixos	Cayman, Ilhas	México	Ilhas Cayman	Luxemburgo
1.912,82	1.814,97	1.444,88	1.521,80	1.661,18	1.974,39	2.855,30
Países Baixos	Cayman, Ilhas	Japão	Espanha	França	Suíça	Espanha
1.891,85	1.554,46	1.368,35	1.054,93	1.458,41	1.631,01	2.163,52
Cayman, Ilhas	Bermudas	França	Alemanha	Canadá	Espanha	Alemanha
1.755,07	1.468,78	825,23	794,73	1.435,32	1.513,74	1.756,78
Total						
21.041,70	18.778,30	12.902,41	20.265,34	21.521,57	22.231,30	33.704,58

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil

¹⁰⁴ CÂMARA DE COMÉRCIO HOLANDO-BRASILEIRA (DUTCHAM). *Balance the Netherlands - Brazil*. Disponível em: <<http://www.dutcham.com.br/stats.html>> Acesso em: 6 jun. 2008.

¹⁰⁵ CÂMARA DE COMÉRCIO HOLANDO-BRASILEIRA (DUTCHAM). *Balance the Netherlands - Brazil*. Disponível em: <<http://www.dutcham.com.br/stats.html>> Acesso em: 6 jun. 2008.

5.3.3 Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil por setor da economia

Conforme pode ser verificado na tabela 6, houve uma grande mudança nos setores que mais receberam IED no Brasil desde a década de 1990. O estoque de IED até 1995 indica que a maior parte desses investimentos era voltada para o setor da indústria, que recebeu 66,93% dos IED, seguido pelo setor de serviços, com 30,85%. No estoque até 2000, pode-se verificar uma inversão desse fluxo, pois o setor de serviços absorveu 63,96% dos IED, enquanto o setor da Indústria recebeu 33,71% do fluxo.

Desde então, o setor de serviços vem absorvendo a maior parte dos IED recebidos pelo Brasil e, em 2007, representou 49,12% dos influxos. A variação mais significativa da distribuição de IED em 2007 em relação aos anos anteriores foi um aumento da participação do setor extrativista, que atingiu uma participação recorde de 14,78% do influxo. Esse setor teve uma participação média de 6,99% durante todo o período analisado, e representou apenas 2,33% do estoque até 2000.

A maior parte dos IED recebidos pelo setor extrativista em 2007 foi destinada à extração de minerais metálicos, que representou 64,69% do total direcionado para o setor. A média de participação dessa atividade nos investimentos recebidos pelo setor durante o período de 1995 a 2006 foi de apenas 34,90%, o que evidencia um grande aumento de investimentos na mesma¹⁰⁶. Essa mudança pode ser explicada pelo aumento da demanda por esses insumos, e conseqüente aumento dos seus preços. Esses aumentos foram provocados, em grande parte, pelos investimentos em infraestrutura realizados pela China, que visam à maior participação desse país no mercado mundial¹⁰⁷.

No setor de serviços, destino da maior parte dos IED recebidos pelo Brasil, são as atividades de serviços financeiros que recebem a maior parte desses investimentos,

¹⁰⁶ BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Investimento estrangeiro direto*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INVEDIR>> Acesso em: 7 jun. 2008.

¹⁰⁷ FILHO, Ernani Teixeira Torres; PUGA, Fernando Pimentel (ORG). *Perspectivas de Investimento 2007/2010*. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES), Rio de Janeiro, 2007. p. 86

tendo sido destino de 35,20% dos mesmos no ano de 2007, o que representou 17,29% dos IED totais recebidos pelo país. É interessante mencionar que, no período de 2000 a 2004, as atividades de telecomunicações foram as que mais receberam IED, mas vieram perdendo participação desde 2002, e mais acentuadamente a partir de 2005, e contribuíram com apenas 1,86% desses investimentos em 2007¹⁰⁸. O aumento do fluxo de IED para o setor de serviços do Brasil foi, em grande parte, resultado dos processos de privatização do país, que englobaram principalmente os setores de telecomunicações, financeiro e de geração e distribuição de energia elétrica¹⁰⁹.

No setor industrial, durante o período de 2000 a 2005, a maior parte dos IED foi direcionada para as atividades de fabricação de produtos alimentícios e bebidas e de produtos químicos, bem como para a fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias. Em 2006, a atividade que mais recebeu esses investimentos foi a fabricação de celulose, papel e produtos de papel, absorvendo 20,56% dos IED direcionados para o setor, seguida pela metalurgia básica com 19,59%. Em 2007, a metalurgia foi a atividade que mais recebeu IED no setor, e foi destino de 38,63% desses investimentos, seguida pela fabricação de produtos alimentícios, com 14,37% dos IED direcionados para o setor¹¹⁰.

Tabela 6: IED por setor produtivo – participação no total recebido (em %)

Atividade	Estoque		Ingressos						
	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Econômica									
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2,22%	2,33%	7,10%	3,40%	11,53%	5,29%	10,15%	6,13%	14,78%
Indústria	66,93%	33,71%	33,27%	40,23%	34,92%	52,84%	29,75%	39,33%	36,10%
Serviços	30,85%	63,96%	59,63%	56,37%	53,55%	41,87%	60,05%	54,54%	49,12%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil

¹⁰⁸ BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Investimento estrangeiro direto*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INVEDIR>> Acesso em: 7 jun. 2008.

¹⁰⁹ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 14.

¹¹⁰ BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Investimento estrangeiro direto*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INVEDIR>> Acesso em: 7 jun. 2008.

5.4. Efeitos dos Investimentos Estrangeiros Diretos recebidos pelo Brasil a partir da década de 1990

As medidas liberalizantes implementadas pelo governo brasileiro na década de 1990 tiveram como objetivo:

“[...] reduzir o papel do Estado no setor produtivo por meio de um conjunto de novas regras: a abertura comercial; as privatizações; a eliminação de restrições à ‘propriedade industrial’; a introdução de regras de liberalização do investimento estrangeiro; e a eliminação dos controles de preço e da maioria dos subsídios e incentivos fiscais”¹¹¹

Essas medidas levaram a uma internacionalização da economia brasileira. No entanto, essa mudança foi caracterizada pela entrada de empresas estrangeiras no mercado brasileiro, sem aumento proporcional na participação das empresas brasileiras no exterior. Sendo assim, ocorreu um “[...] *processo de desnacionalização, uma vez que a transferência de propriedade das empresas nacionais para estrangeiros ultrapassou de longe a aquisição de ativos produtivos no exterior, por brasileiros*”¹¹².

A maior parte dos fluxos de IED recebidos pelo Brasil na década de 1990 foi resultado da onda de privatizações ocorrida na época. No entanto, em 2001 ocorreu o esgotamento desses processos e os IED foram direcionados para outros setores da economia brasileira¹¹³. O estudo Investimento Estrangeiro Direto e Inovação esclarece que, à exceção do setor de alimentos e bebidas, “[...] *os cinco setores que mais atraíram investimentos estrangeiros (no período de 2001 a 2005) caracterizaram-se por atividades industriais com as mais elevadas taxas de inovação*”¹¹⁴.

Esse fato estimulou a idéia de que o influxo de IED iria trazer desenvolvimento para a economia brasileira, uma vez que empresas que trabalham com altas taxas de

¹¹¹ BIELSCHOWSKY, 2002 *apud* JORGE, Marina Filgueiras. *Investimento estrangeiro direto e inovação: um estudo sobre ramos selecionados da indústria no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para Discussão n. 1327, fev. 2008. p. 7 – 8.

¹¹² SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun., 2002. p. 65.

¹¹³ JORGE, Marina Filgueiras. *Investimento estrangeiro direto e inovação: um estudo sobre ramos selecionados da indústria no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para Discussão n. 1327, fev. 2008. p. 8.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 8 – 9.

inovação têm uma propensão maior a gerar vazamentos de conhecimento para os demais atores (*spillovers*).

No entanto, ainda que as empresas multinacionais instaladas no Brasil fossem mais inovadoras do que as empresas locais, o aumento da produtividade da economia nacional, ocorrido após a liberalização, teve maior relação com a racionalização de custos do que com investimentos realizados em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas¹¹⁵.

É interessante mencionar que existe uma diferença na capacidade das empresas de difundir conhecimentos, relacionada com o setor no qual estas atuam. Um estudo indica que a presença de empresas de setores difusores de conhecimento no Brasil representou apenas 31% do total da estrutura produtiva em 2000¹¹⁶. O setor bancário nacional, por exemplo, recebeu um grande fluxo de IED nessa época, sendo que esse não tem efeito tão grande de irradiação de conhecimento.

Outro fator que colaborou para o baixo nível de difusão de conhecimentos, apesar do crescimento no volume dos IED recebidos, diz respeito à estrutura interna das empresas nacionais. Para que uma empresa possa se beneficiar de vazamentos de conhecimento, ela precisa ter uma alta capacidade de absorção desses. No caso do Brasil, verifica-se mais uma atitude voltada para a adaptação ante a concorrência das multinacionais do que para a inovação¹¹⁷.

Um estudo indicou quatro fatores considerados importantes da capacidade de absorção de uma empresa. Estes são: o nível de qualificação dos trabalhadores, a existência de uma estrutura na empresa voltada para a pesquisa e desenvolvimento, o gasto relativo de pesquisa e desenvolvimento na receita líquida das vendas e combinação de gasto em treinamento e o tempo de emprego médio¹¹⁸.

Assim, verifica-se que nem todo influxo de IED gera, necessariamente, um vazamento de conhecimento que beneficia a economia receptora, e que não são todas as empresas locais que são capazes de absorver esses conhecimentos. Portanto,

¹¹⁵ JORGE, Marina Filgueiras. *Investimento estrangeiro direto e inovação: um estudo sobre ramos selecionados da indústria no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para Discussão n. 1327, fev. 2008. p. 8.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 13.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 12.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 14.

pode-se concluir que a presença de empresas multinacionais na economia pode não gerar uma difusão automática de conhecimento, uma vez que essa difusão depende de fatores internos tanto das empresas estrangeiras quanto das empresas nacionais para tornar-se possível.

As expectativas em relação à contribuição dos IED para a economia brasileira não se limitavam à transferência de conhecimento. Incluía um possível aumento no volume e valor dos produtos exportados pelo país, o suprimento da ausência de poupança doméstica – insuficiente para garantir o desenvolvimento do país –, e a substituição dos investimentos de curto prazo, conhecidos como investimentos de portfólio¹¹⁹.

Esse último fator era importante porque os investimentos de portfólio contribuía para o controle dos déficits da Balança de Pagamentos do Brasil, através da entrada de divisas. No entanto, esses investimentos são excessivamente voláteis, o que gera instabilidade nos países dependentes desses fluxos. Os IED, no entanto, são investimentos caracteristicamente de longo prazo, garantindo uma fonte mais estável de financiamento externo.

O estudo *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990* realizou uma análise da relação entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o IED recebido pelo país. A FBCF é o valor total dos investimentos realizados em capital fixo, que são bens utilizados para a produção de outros bens, como máquinas e equipamentos. Essa taxa serve como indicador do crescimento da capacidade de produção do país e do grau de confiança dos empresários¹²⁰.

A relação verificada pelo estudo seguiu trajetória ascendente no Brasil e no mundo durante a década de 1990, o que explicita o maior grau de internacionalização das economias. No entanto, o estudo alerta que a FBCF não acompanhou o

¹¹⁹ SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun., 2002. p. 66.

¹²⁰ WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? – Formação Bruta de Capital Fixo. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Brasília, n. 3. 1 out. 2004. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/3/artigo13159-1.php>> Acesso em: 25 mai. 2008.

crescimento do IED no Brasil, o que indica que esses investimentos contribuíram pouco para aumentar a FBCF na economia¹²¹.

De acordo com o livro *Perspectivas de Investimento 2007/2010*, publicado pelo BNDES em 2007, a FBCF brasileira apresentou uma queda a partir de 1998, atingindo 13,1% do PIB em 2003, que foi a menor participação desde os anos 1970. Em 2004 houve uma pequena recuperação, alcançando 13,7% do PIB, e o estudo aponta que, a partir de 1992, a FBCF tendeu a flutuar em torno de 14,6% do PIB nacional. É importante mencionar que o maior nível de participação da FBCF no PIB foi em 1980, representando 23,6% do total¹²².

Conforme mencionado anteriormente, muito dos IED recebidos pelo Brasil foram direcionados à aquisição de empresas já existentes, em grande parte devido aos processos de privatização dos anos 1990. O estudo supracitado afirma que essa predominância de processos de F&A explica a menor contribuição para a FBCF, uma vez que, nesses casos, a relação do IED com o crescimento do produto só existe se forem realizados investimentos adicionais. Ou seja, apenas se ocorrer modernização e/ou ampliação da capacidade de produção, resultando em aumentos de produtividade, esse tipo de investimento irá contribuir para a FBCF¹²³.

Quanto ao desempenho comercial das empresas multinacionais instaladas no país, sua contribuição para o incremento das exportações ficou aquém das expectativas iniciais. Ainda que tenham contribuído para um aumento nas exportações, a maioria dos IED realizados no país foi voltada para o suprimento do mercado interno¹²⁴.

Estudos indicam que as empresas multinacionais instaladas no Brasil possuem um grau de internacionalização mais elevado do que as empresas nacionais. No entanto, a maior diferença entre as atividades de comércio exterior das empresas nacionais e estrangeiras diz respeito à sua propensão a importar, que é bastante

¹²¹ SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun., 2002. p. 68.

¹²² FILHO, Ernani Teixeira Torres; PUGA, Fernando Pimentel (ORG). *Perspectivas de Investimento 2007/2010*. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES), Rio de Janeiro, 2007. p. 30 – 31

¹²³ SARTI, op. cit. p. 69.

¹²⁴ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 29.

superior nas empresas estrangeiras¹²⁵. Sendo assim, conclui-se que, ainda que as empresas multinacionais exportem mais do que as empresas nacionais, “[...] a sua maior propensão a importar tornou sua contribuição ao saldo comercial muito pouco significativa”¹²⁶.

Para compreender melhor a contribuição das empresas multinacionais para a economia brasileira, é interessante fazer uma análise da atuação destas empresas em um nível microeconômico. Sendo assim, baseados nos dados de comércio exterior das 500 maiores empresas do Brasil, Sarti e Laplane identificaram quatro tipos de estratégias de internacionalização de empresas, que influenciam o efeito dessas na economia nacional¹²⁷.

A primeira é estratégia de *Resource Seeking*. As empresas que aplicam esta estratégia se instalam no país para aproveitar vantagens de localização, em particular a disponibilidade de recursos naturais. Possuem uma elevada propensão à exportação, ao mesmo tempo em que apresentam coeficiente de importações reduzido. Isso pode ser explicado pelo fato destas empresas operarem

“[...] integradas comercialmente com as suas matrizes através das exportações de commodities, fato que se explica por envolver setores produtores de bens intermediários e cujo processo produtivo apresenta baixa agregação de valor na região”¹²⁸.

Essas empresas são predominantemente atuantes nos setores de “[...] extração de minerais metálicos, papel e celulose e fabricação de móveis e produtos de madeira”¹²⁹, e foram responsáveis por 8,5% das exportações totais realizadas pelas empresas do estudo, e por 0,8% das importações durante o período analisado¹³⁰.

A segunda estratégia é a *Market Seeking* Puro. É adotado por filiais que atuam principalmente no setor de serviços, e são voltadas quase que exclusivamente para o mercado interno. As exportações por parte dessas empresas se devem à atuação de

¹²⁵ SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun., 2002. p. 76.

¹²⁶ SARTI, op. cit. p. 77.

¹²⁷ Ibidem, p. 81.

¹²⁸ Ibidem, p. 82.

¹²⁹ Ibidem, p. 81.

¹³⁰ Ibidem, p. 81.

algumas delas como *tradings*¹³¹, e contribuem com 5,6% das exportações de todas as empresas analisadas. Isso faz com que o saldo comercial desse setor seja positivo, uma vez que suas importações representaram 1,1% do total das importações da amostra. É importante mencionar que, mesmo com o desempenho positivo das *tradings*, a contribuição das empresas de *Market Seeking* Puro para o comércio exterior do país receptor é muito baixa¹³².

Além das *tradings*, as empresas que adotam essa estratégia atuam nos setores de eletricidade, construção civil, transporte terrestre, entre outros¹³³.

O terceiro tipo é a estratégia de *Marketing Seeking* com Baixa Orientação Externa, que engloba empresas

“[...] cuja produção visa, fundamentalmente, ao mercado interno (e/ou regional) e demanda da matriz e de outras filiais da corporação o suprimento de insumos e componentes, bem como de produtos finais que complementam a produção local”¹³⁴.

Sendo assim, essas empresas são responsáveis por apenas 10,9% das exportações, e quase 40% das importações do grupo analisado¹³⁵. As empresas multinacionais que adotaram esta estratégia no Brasil foram as do setor de material eletrônico, de comunicação e do setor químico¹³⁶.

É interessante mencionar que, como as exportações dessas empresas visam principalmente o mercado local e regional, representam 32,6% do total das exportações para o MERCOSUL realizadas pela amostra. No entanto, apenas 4,3% das suas importações são provenientes de países desse bloco¹³⁷.

A quarta estratégia verificada é a de *Marketing Seeking* com Moderada Orientação Externa. As empresas que adotam essa estratégia são caracterizadas por

¹³¹ Trading Companies são empresas cuja atuação caracteriza-se, especialmente, pela aquisição de mercadorias no mercado interno para posterior exportação.

¹³² SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun., 2002. p. 82.

¹³³ Ibidem, p. 82.

¹³⁴ Ibidem, p. 83.

¹³⁵ Ibidem, p. 83.

¹³⁶ JORGE, Marina Filgueiras. *Investimento estrangeiro direto e inovação: um estudo sobre ramos selecionados da indústria no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para Discussão n. 1327, fev. 2008. p. 9.

¹³⁷ SARTI, op. cit. p. 83.

participação expressiva no comércio com o MERCOSUL, tanto nas exportações quanto nas importações¹³⁸.

Estas empresas foram responsáveis por 75% do total das exportações e 58,4% das importações realizadas pelas empresas do estudo no ano de 1997¹³⁹. No Brasil, as empresas que seguiram esta estratégia foram as do setor automotivo, de alimentos e bebidas e do setor de máquinas e equipamentos¹⁴⁰.

Essa análise é importante porque, como pode ser verificado nos exemplos citados, a estratégia de internacionalização da empresa estrangeira afeta a sua contribuição para a economia nacional. Sendo assim, fatores microeconômicos, referentes à orientação interna da multinacional, podem explicar essa menor contribuição das empresas estrangeiras instaladas no Brasil para o avanço das exportações do país, ao mesmo tempo em que causaram um aumento nas importações¹⁴¹.

É importante salientar que as importações geraram ganhos de eficiência nas empresas nacionais, e o Brasil possui, atualmente, uma estrutura produtiva mais eficiente do que no passado. No entanto, o aumento da internacionalização do mercado nacional não causou um aumento nas exportações proporcional ao aumento gerado nas importações¹⁴².

Esse fato também é apresentado por Marina Filgueiras Jorge, que esclarece que

“A participação das exportações na produção doméstica aumentou de 8% para 14,9% entre 1990 e 2001, e a participação das importações triplicou no período: de 4,3% para 14,8% (FERRAZ et al., 2004). Segundo Bielschowsky (2002, p. 51), essa ‘onda importadora provocou desinvestimentos em alguns seguimentos e uma fragilização desnecessária de cadeias produtivas’¹⁴³.

A autora também alerta para o fato de que, enquanto os produtos manufaturados e de média e alta intensidade tecnológica foram os que mais ganharam mercado no

¹³⁸ SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun., 2002. p 84.

¹³⁹ Ibidem, p. 84.

¹⁴⁰ JORGE, Marina Filgueiras. *Investimento estrangeiro direto e inovação: um estudo sobre ramos selecionados da indústria no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para Discussão n. 1327, fev. 2008. p. 9.

¹⁴¹ SARTI, op.cit p. 90.

¹⁴² Ibidem, p. 91.

¹⁴³ JORGE, op. cit. p. 8.

comércio mundial, as exportações que mais cresceram no Brasil foram as de *commodities* primárias. Em adição, a pauta de exportações do país continuou praticamente inalterada, evidenciando que não ocorreram modificações na composição setorial da indústria nacional¹⁴⁴. Essa situação evidencia uma falta de IED nos setores que possuem maior potencial exportador.

Sendo assim, pode-se considerar que o processo de liberalização da economia brasileira iniciado nos anos 90 provocou um maior desenvolvimento microeconômico, mas não gerou os resultados macroeconômicos esperados¹⁴⁵. Isso pode ser explicado, em parte, pelas estratégias de internacionalização das empresas estrangeiras, que foram voltadas predominantemente para o mercado interno e não geraram o retorno esperado nas exportações. Outros fatores que contribuíram para um resultado abaixo das expectativas foram as limitações à transferência de tecnologia, tanto por parte das empresas locais quanto das empresas estrangeiras.

Uma forma de suprir essas deficiências seria a criação de uma “[...] *política consistente de atração de investimentos voltada a setores estratégicos do comércio exterior brasileiro*”¹⁴⁶. Esta política seria responsável por aperfeiçoar o ambiente para negócios no país, bem como atrair investimentos que atendessem melhor aos interesses nacionais, como empresas de setores de ponta, orientadas para a exportação¹⁴⁷. Empresas desses setores podem contribuir para o bem-estar nacional através do aumento das exportações e também oferecem uma boa oportunidade para a difusão de conhecimentos. Essa oportunidade, no entanto, só pode ser aproveitada se as empresas nacionais realizarem um esforço voltado para a inovação.

¹⁴⁴ JORGE, Marina Filgueiras. *Investimento estrangeiro direto e inovação: um estudo sobre ramos selecionados da indústria no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para Discussão n. 1327, fev. 2008. p. 8 – 12.

¹⁴⁵ SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun., 2002. p. 91.

¹⁴⁶ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. p. 22.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 29.

5.5 Sistema Federal brasileiro de atração de Investimentos

A promoção de investimentos estrangeiros é uma atividade de grande importância para muitos países, tendo em vista o elevado volume de recursos que esses investimentos movimentam e os benefícios que podem trazer para a nação receptora. Sendo assim, diversos países criaram Agências de Promoção de Investimentos, que são instituições que disseminam informações e fornecem serviços para potenciais investidores no país¹⁴⁸.

No caso do Brasil, a promoção de investimentos pelo governo federal iniciou com a criação do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em 1990. O SIPRI engloba uma rede de operadores nacionais e estrangeiros do MRE, e tem como objetivo “[...] *estimular a atração de investimentos estrangeiros diretos para o Brasil, bem como o estabelecimento de parcerias entre empresas brasileiras e estrangeiras que possibilitem transferência de tecnologia de ponta para o País*”¹⁴⁹.

No entanto, a primeira iniciativa do Brasil no sentido de criar uma Agência de Promoção de Investimentos no modelo mencionado acima foi concretizada apenas em 2002, com a criação da Investe Brasil. O projeto dessa Agência foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por várias instituições, como o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que foi coordenador do grupo, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério das Relações Exteriores¹⁵⁰.

A Investe Brasil foi constituída em abril de 2001 como uma organização civil de direito privado, sem fins lucrativos e, em maio do mesmo ano, recebeu a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Sendo assim, em

¹⁴⁸ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto. 2005. p. 37.

¹⁴⁹ BRAZILTRADENET. *Sistema de Promoção de Investimentos (SIPRI)*. Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/Investimentos/P/sipri.aspx>> Acesso em: 7 jun. 2008.

¹⁵⁰ GREGORY, op. cit. p. 37.

dezembro de 2001 foi firmado um termo de parceria entre a União e a Agência, e em 2002 foi inaugurada a Investe Brasil¹⁵¹.

Os recursos empregados para a manutenção da Agência eram divididos entre fontes privadas e do governo federal. Por parte do governo federal, a parceria envolvia uma série de Ministérios, como das Relações Exteriores, do Planejamento, das Minas e Energia e do Trabalho. A contribuição das entidades privadas envolvia uma série de instituições, como a Bolsa de Valores de São Paulo, a Confederação Nacional da Indústria, Câmaras Internacionais de Comércio, Confederação Nacional do Transporte, entre outras¹⁵².

De acordo com artigo de Denise Gregory e Maria Fátima Oliveira, a Investe Brasil:

“[...] foi fruto de uma decisão de órgãos públicos e privados de oferecer ao País estrutura voltada exclusivamente para a atração e promoção de investimentos, partindo do conceito de “parada única”, onde o investidor pudesse encontrar o apoio necessário para criar as condições de implantação de seu projeto, e que tinha por objetivo promover a imagem, o ambiente, as oportunidades de negócios do País no exterior, além de propor medidas para facilitar o ingresso dos investimentos estrangeiros.”¹⁵³

Ainda que a criação da Investe Brasil seguisse uma tendência mundial de centralização da promoção de investimentos do país, de forma a oferecer uma estrutura unificada de disponibilização de informações e serviços para os potenciais investidores, em 24 de setembro de 2004 essa agência foi fechada.

Denise Gregory e Maria Fátima Oliveira declararam, no artigo supracitado, que o encerramento das atividades da Agência foi resultado da falta de interesse do setor público em continuar dando suporte à mesma e da falta de condições do setor privado de manter o seu funcionamento sem esse apoio¹⁵⁴. Em um artigo publicado no Estado de São Paulo, datado de 18 de outubro de 2004, Lu Aiko Otta afirmou que “As razões

¹⁵¹ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto. 2005. p. 40.

¹⁵² Ibidem, p. 41.

¹⁵³ Ibidem, p. 40.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 44.

apontadas por técnicos de três diferentes ministérios (para a extinção da Investe Brasil) são: problemas com o Tribunal de Contas da União e falta de foco na atuação".¹⁵⁵

Em 30 de agosto de 2004 foi criada, na Casa Civil, a Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País, que tinha a

“[...] finalidade de fomentar e incentivar o desenvolvimento de investimentos no Brasil, mediante ações que atraiam, facilitem e informem investidores privados nacionais e estrangeiros a realizarem investimentos produtivos, em especial nas áreas e setores estratégicos para o desenvolvimento econômico sustentável, que promovam novo padrão de crescimento pautado na visão de investimentos de longo prazo com inclusão social e justiça ambiental”¹⁵⁶.

Sua atuação envolvia ações como a disponibilização de um sistema de resolução de entraves à realização de investimentos diretos no país, articulação e coordenação de ações dos órgãos de Governo relacionados à solução de dificuldades aos investimentos privados e a promoção, em conjunto com outros órgãos de Governo ou entidades afins, das oportunidades de investimentos no Brasil junto a investidores internacionais¹⁵⁷.

Essa comissão seria integrada por um representante de cada órgão indicado pelo Decreto que a estabeleceu, que incluía uma série de instituições, tais como o Ministério da Fazenda, das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, dos Transportes, a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, o BACEN, o BNDES, entre outros¹⁵⁸.

Outra instituição de promoção ao IED, criada antes da extinção da Investe Brasil, foi a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI), estabelecida em 18 de setembro de 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que tem com o objetivo:

¹⁵⁵ OTTA, Lu Aiko. Missões da apex também vão correr atrás de investimentos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 18 out. 2004. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=84565> Acesso em: 10 jun. 2008

¹⁵⁶ BRASIL. *Decreto de 30 de agosto de 2004*. Cria a Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10271.htm> Acesso em 4 jun. 2008.

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ Ibidem.

“Fornecer ao potencial investidor e aos demais interessados na questão do investimento informações úteis ao processo de tomada de decisão e à ampliação do conhecimento nessa área e apoiar as estruturas federais e estaduais no desenvolvimento de atividades voltadas à promoção de investimentos”¹⁵⁹

Em dezembro de 2004 foi criada a Unidade de Investimentos da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX Brasil), com o objetivo de substituir a Investe Brasil e estimular o investimento estrangeiro através da combinação de promoção de exportações e atração de investimentos.

A proposta da Unidade de Investimentos da APEX é:

“[...] unir a promoção comercial e a atração de investimentos no Brasil, harmonizar informações e oportunidades nacionais e regionais, direcionar investimentos para áreas exportadoras e para a inclusão das médias e pequenas empresas e facilitação de negócios para dar visibilidade às oportunidades brasileiras”¹⁶⁰

De todas as entidades supracitadas, as únicas que continuam atuando são a RENAI, o SIPRI e a Unidade de Investimentos da APEX Brasil. A Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados foi desativada pela Casa Civil, que atualmente trata apenas dos projetos de investimento do Programa de Aceleração do Crescimento do Brasil (PAC).

A RENAI trabalha com as seguintes prioridades: divulgar informações de interesse de potenciais investidores, auxiliar as Unidades Federativas na estruturação de suas medidas de promoção de investimentos e articular medidas de facilitação ao investimento.

Para atingir o objetivo de divulgação de informações, a RENAI elaborou um website bilíngüe com diversas informações disponíveis para potenciais investidores, das quais o campo mais acessado é o de “Oportunidades de Investimentos”, que disponibiliza uma relação das principais entidades, públicas e privadas, que apresentam

¹⁵⁹ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Relatório de atividades e histórico*. Disponível em: <<http://investimentos.desenvolvimento.gov.br/arquivos/RENAI-relatoriodeatividades-site.pdf>> Acesso em: 9 jun. 2008

¹⁶⁰ AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÃO E INVESTIMENTOS (APEX). *APEX*. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/interna.aspx?id=1>> Acessado em 09 jun. 2008

oportunidades de investimentos, assim como planos e projetos governamentais que possam ser de interesse dos investidores.

A RENAI tem sua atuação bastante focada no relacionamento com as Unidades Federativas e busca atingir uma aproximação do Governo Federal com as mesmas. Para tal, realiza ações como a promoção de *workshops* e a assinatura de termos de cooperação com entidades estaduais.

Em adição, iniciou em janeiro de 2008 uma série de visitas às Embaixadas Estrangeiras no Brasil, que contam com a parceria de técnicos do Banco do Nordeste, da Superintendência da Zona Franca de Manaus e da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Ministério da Integração Nacional). Essas visitas têm como objetivo divulgar o trabalho da RENAI, bem como levantar as demandas e considerações das representações diplomáticas visitadas.

O SIPRI é um sistema integrante da Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG), do Ministério das Relações Exteriores. Esse sistema funciona através da atuação de instituições chamadas Pontos Focais, que realizam o levantamento e divulgação de oportunidades de investimento. Essas instituições encontram-se distribuídas em todo o território nacional e podem ser Federações de Indústrias, Associações Comerciais, representações estaduais do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, entre outros¹⁶¹.

As representações do MRE no exterior também realizam ações de divulgação das oportunidades de investimentos no Brasil e contam com funcionários que buscam intermediar o contato entre empresas estrangeiras e brasileiras, bem como prestar suporte e informações referentes ao cenário de investimentos no Brasil aos investidores estrangeiros interessados¹⁶².

A DPG também conta com divulgação em um website bilíngüe, o *BrazilTradeNet*, no qual empresas brasileiras interessadas em receber investimentos do exterior podem se cadastrar, bem como empresas estrangeiras interessadas em investir no Brasil. Uma vez que a empresa estrangeira tenha se cadastrado, o Setor Comercial do MRE

¹⁶¹ BRAZILTRADENET. *Sistema de Promoção de Investimentos (SIPRI)*. Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/Investimentos/P/sipri.aspx>> Acesso em: 7 jun. 2008.

¹⁶² Ibidem.

localizado no país mais próximo dessa empresa entrará em contato para obter mais informações, que serão encaminhadas para os pontos focais no território nacional¹⁶³.

Adicionalmente, o site disponibiliza uma versão online bilíngüe do *CD Room* “Investindo no Brasil”, que contém informações sobre a conjuntura econômica do Brasil e das Unidades Federativas, bem como informações sobre comércio exterior, mecanismos de incentivo e apoio ao investimento, legislação de entrada de capital estrangeiro no Brasil, entre outras.

Em 2008, a DPG organizou uma missão para promoção de investimentos estrangeiros no setor portuário brasileiro, que teve início com uma série de apresentações no exterior, voltadas para atrair potenciais investidores, e se encerrará com um evento de divulgação do setor no Brasil.

Quanto à APEX-Brasil, de acordo com o presidente da instituição, ela é responsável pela promoção do Brasil no exterior. Em uma entrevista concedida ao portal Portogente, o presidente da instituição, Juan Quirós, declarou que:

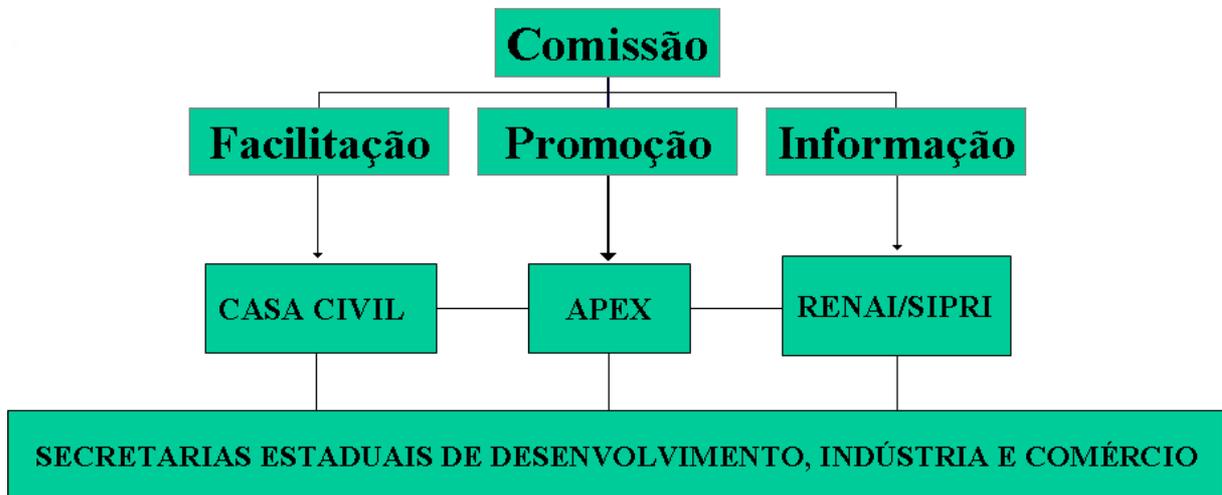
“A Agência conta com uma larga base de relacionamento com os setores produtivos nacionais e com empresas estrangeiras. Além disso, temos vários acordos de cooperação com instituições estrangeiras de promoção de exportações e investimentos e temos experiência na condução de negócios internacionais. Isso tudo nos habilita a trabalhar a promoção do Brasil como um bom destino para os investimentos estrangeiros diretos”¹⁶⁴

De acordo com apresentação realizada pela RENAI no Seminário Atração de Investimentos: Desafios e Oportunidades, realizado em 2006, o sistema federal de atração de investimentos contava com a seguinte estrutura:

¹⁶³ BRAZILTRADENET. *Investindo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/CDINVESTIMENTO/>> Acesso em: 7 jun. 2008.

¹⁶⁴ PORTO GENTE. *Notícias: Comércio Exterior*. 2006. Disponível em: <<http://www.portogente.com.br/texto.php?cod=4112>> Acesso em: 6 jun. 2008.

Figura 12: Sistema Federal de Atração de Investimentos



Fonte: RENAI

No entanto, conforme mencionado anteriormente, a Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País não está mais atuando, quando, de acordo com o esquema acima, deveria ser a responsável pela coordenação de atividades voltadas para a promoção de investimentos no âmbito federal.

O trabalho de facilitação dos investimentos caberia à Sala de Investimentos, responsável por “[...] *ajudar o empresário que tiver dificuldades com a burocracia governamental, seja em que órgão for. Por isso, ela está na Casa Civil, que tem o papel institucional de coordenar os demais ministérios*”¹⁶⁵. No entanto, conforme mencionado anteriormente, a Casa Civil atualmente trabalha apenas com investimentos voltados para o PAC, que é a sua prioridade no momento.

No MRE, o SIPRI trabalha identificando e divulgando oportunidades de investimento no Brasil, e a DPG realiza ações pontuais voltadas para a atração de investimentos para áreas nas quais o país carece dos mesmos, como no supracitado caso do setor portuário. Ainda, os Setores Comerciais das Embaixadas Brasileiras

¹⁶⁵ OTTA, Lu Aiko. Missões da apex também vão correr atrás de investimentos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 18 out. 2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=84565> Acesso em: 10 jun. 2008

(SECOMS) atuam na mediação de contatos entre potenciais investidores estrangeiros e sua contraparte no Brasil, bem como na divulgação de informações sobre o país.

A RENAI busca divulgar as oportunidades de investimento no Brasil, através da manutenção de uma relação bastante próxima com os estados brasileiros, e atingir os investidores estrangeiros através da divulgação de seu *website*.

Ao mesmo tempo, a APEX-Brasil une a promoção de investimentos estrangeiros com a promoção das exportações do Brasil, e conta com cinco Centros de Negócios localizados no exterior para atrair investimentos.

O que se pode verificar é que, após a extinção da Investe Brasil e da desativação da Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País, não foi estabelecido nenhum outro órgão voltado para a harmonização das ações de atração de investimentos do país. O setor de investimentos da APEX Brasil foi criado com o objetivo de assumir o papel da Investe Brasil, no entanto, atua apenas na área de promoção do país no exterior, o que engloba apenas uma das competências da Agência (uma vez que a mesma era responsável pelas ações de facilitação, promoção e informação).

A fragmentação das entidades federais que trabalham com a atração de investimentos torna essas mesmas instituições limitadas, por serem responsáveis apenas por uma fração daquilo que deveria ser uma ação ampla e conjunta, uma vez que a atração de investimentos é de interesse da nação.

Sem uma coordenação das ações dessas entidades, algumas competências acabam se sobrepondo, e suas limitações não podem ser suprimidas. Um exemplo dessas limitações é a falta de capilaridade que a RENAI e a APEX possuem no exterior, ao contrário do MRE, que conta com representações em diversos países. Em contrapartida, o MRE não possui uma relação tão próxima com os estados brasileiros quanto as outras duas instituições. No lugar de buscar alternativas para aumentar o contato entre essas entidades e empresários no Brasil ou no exterior, uma ação conjunta que aproveite as capacidades de cada uma pode ser uma alternativa mais viável e com maior possibilidade de sucesso.

Outro fator negativo da estrutura federal de atração de investimentos do Brasil é a falta de controle do governo federal sobre as ações realizadas pelos estados

brasileiros voltadas para a atração de investimentos para os seus territórios. Conforme o caso das empresas automobilísticas que se instalaram no Brasil no final dos anos 90, mencionado no capítulo 3, as disputas entre os estados brasileiros para atrair os investimentos podem prejudicar o bem-estar nacional.

Um trabalho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a competição por IED no Brasil esclarece que, quando ocorre uma disputa entre estados da federação pela atração de IED, as autoridades locais precisam considerar não apenas os incentivos que trariam benefícios para a sua região, mas também aqueles que a fariam ganhar a competição com outras autoridades locais. Essa situação faz com que a atitude racional das autoridades seja aumentar sua oferta de incentivos para as empresas, e o efeito coletivo dessa competição pode trazer conseqüências diferenciadas, conforme apresentadas a seguir¹⁶⁶.

Essas conseqüências podem ser positivas ou negativas. Se a competição entre os estados fizer com que as regiões adotem incentivos mais eficientes, atraindo assim mais investimentos e de maior qualidade, ou se melhorar a distribuição territorial dos investimentos, alocando-os nas regiões onde poderão ser mais lucrativos, então a competição aumenta o bem-estar nacional¹⁶⁷.

Por outro lado, a competição pode levar as autoridades locais a empregar instrumentos de incentivo ineficientes ou oferecer incentivos que sejam maiores que os benefícios do projeto de investimento para o país receptor. Dessa forma, o governo terá subsidiado excessivamente o projeto de investimento e a competição poderá levar a uma má alocação de recursos. Além disso, se a competição levar a uma mudança desnecessária do destino dos investimentos, a competição poderá ter sido um desperdício e o bem-estar nacional também será reduzido¹⁶⁸.

Essa situação é um clássico Dilema dos Prisioneiros¹⁶⁹, uma vez que os estados estariam em situação melhor se limitassem os seus incentivos de maneira coletiva, mas

¹⁶⁶ CHRISTIANSEN, Hans; OMAN, Charles; CHARLTON, Andrew. *Incentives-based Competition for Foreign Direct Investment: The Case of Brazil*. Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). Working Papers on International Investment 2003/1. OCDE Publishing. Mar 2003. p. 8.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 8.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 8.

¹⁶⁹ O dilema dos prisioneiros é um problema da Teoria dos Jogos, ramo da matemática aplicada que estuda situações estratégicas onde jogadores escolhem diferentes ações na tentativa de melhorar seu retorno. Esses jogos são interativos, o que significa que a atuação de cada jogador afeta a atuação dos

essa cooperação se torna instável porque qualquer estado sabe que se beneficiaria mais abandonando a coligação e atraindo as firmas para sua região¹⁷⁰.

O trabalho aponta que as autoridades regionais e nacionais brasileiras estão cada vez mais alertas a essa situação. O governo federal vetou pacotes de incentivos locais, e alguns estados da federação anunciaram publicamente que iriam competir por investimentos, não através de incentivos fiscais, mas de fatores como ambiente econômico e infra-estrutura. No entanto, conclui que as autoridades brasileiras devem questionar se, em adição a essas ações individuais, não seria útil estabelecer mecanismos de trocas de informações sobre os incentivos oferecidos ou, até mesmo, de coordenação política entre os estados¹⁷¹.

demais. O Dilema dos Prisioneiros é interessante porque apresenta uma situação na qual a melhor solução para todos os participantes seria cooperar uns com os outros. No entanto, em função do risco moral, que é a incerteza de que o outro ator irá cooperar, se torna arriscado para o primeiro adotar uma atitude cooperativa, porque nesse problema uma cooperação unilateral traz prejuízos maiores que a defecção por parte de um ou todos os atores. Essa incerteza se aplica a todos os participantes, fazendo com que muitas vezes optem por uma alternativa que não a ideal, mas que lhes confira um menor grau de insegurança, ou seja, a defecção.

¹⁷⁰ CHRISTIANSEN, Hans; OMAN, Charles; CHARLTON, Andrew. *Incentives-based Competition for Foreign Direct Investment: The Case of Brazil*. Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). Working Papers on International Investment 2003/1. OCDE Publishing. Mar 2003. p. 10.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 18.

CONCLUSÃO

Os efeitos dos IED recebidos pelo Brasil a partir da década de 1990 não atingiram as expectativas iniciais, uma vez que não geraram o aumento esperado nas exportações do país, nem uma grande transferência de conhecimento e tecnologia das filiais estrangeiras às empresas nacionais. Em adição, como pôde ser verificado nesse trabalho, o Brasil não possui uma estrutura própria para a atração de investimentos, mas sim um número de sistemas que trabalham com esse propósito dentro de diferentes instituições.

Esses sistemas são responsáveis por etapas distintas dentro da atração de investimentos, o que os torna complementares. No entanto, não há, atualmente, um órgão centralizador e atuante que discipline as iniciativas para atração de investimentos, e essas, algumas vezes, acabam se sobrepondo. Sendo assim, verificamos pouca contribuição entre os referidos sistemas, que empreendem tipicamente ações isoladas, invalidando a sua complementaridade e acentuando as limitações de cada um. Essa situação torna o resultado das suas ações aquém do que poderia ser atingido se houvesse uma maior integração entre os mesmos.

Ainda assim, os ingressos de IED no Brasil atingiram valores recordes, e a estabilidade do país foi laureada com a concessão do grau de investimento por duas das três principais agências de classificação de risco do mundo no primeiro semestre de 2008. Conforme mencionado anteriormente, o grau de investimento é um indicador de que o país é um local seguro para o investimento, e possui grande influência nas decisões dos investidores, existindo até mesmo fundos que condicionam seus investimentos a países considerados grau de investimento por uma ou mais dessas três agências.

Não obstante, é importante considerar que a economia mundial ainda não se estabilizou desde a crise de crédito dos EUA, mencionada anteriormente, e uma série de ameaças cercam a economia mundial, como o aumento preço do petróleo e o recente aumento das pressões inflacionárias em todo o mundo. No Brasil, além da pressão inflacionária, deve ser considerado o fato de que a conta de transações

correntes do balanço de pagamentos do país está deficitária em USD 14,7 bilhões nos 12 meses acumulados até abril deste ano, sendo que há um ano o país estava superavitário em USD 13,9 bilhões¹⁷². Esse déficit no balanço de pagamentos diminui as reservas cambiais do país, o que aumenta a sua vulnerabilidade externa, tornando ainda mais importante que o país receba investimentos do exterior.

Em um momento no qual a economia internacional e nacional enfrentam diversas incertezas, é importante que o país incremente as suas iniciativas voltadas para a atração de investimentos, e busque desenvolver aqueles fatores nos quais não apresenta vantagem, de forma a se tornar um melhor competidor no cenário mundial. No caso do Brasil em relação aos investimentos estrangeiros diretos, as maiores deficiências do país dizem respeito à excesso de burocracia, carga tributária extremamente alta, falta de mão-de-obra especializada, altos encargos em relação à força de trabalho no país e falta de uma estrutura harmonizada para a atração de investimentos.

O Brasil já conta com uma série de vantagens em relação a diversos outros países, como o tamanho de seu mercado, disponibilidade de recursos naturais, acesso a um bloco regional, entre outras. O que se pode verificar é que o país já possui todas as vantagens geográficas necessárias para atrair IED. Se a essas características se somar um esforço do governo voltado para a resolução das deficiências estruturais do país, além do estabelecimento de uma política que estimule investimentos que sejam de interesse estratégico nacional, o Brasil poderá se tornar um grande pólo de recepção de IED no mundo, e garantir que os setores nacionais aos quais esses investimentos mais interessam sejam devidamente atendidos. Em adição, é importante que seja realizada uma adequação das iniciativas federais para a atração de investimentos, através da criação de normas mais efetivas para o controle da competição entre as unidades federativas e da criação de um órgão centralizador ou do estabelecimento de ações conjuntas entre as diversas instituições que tem como objetivo a atração de investimentos, de forma a otimizar os seus resultados.

¹⁷² LACERDA, Antonio Corrêa de. Cuidado com a vulnerabilidade externa/Opinião. *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 3 jun. 2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=460731> Acesso em: 3 jun. 2008

REFERÊNCIAS

ALEM, Ana Claudia. et al. Sinopse Internacional. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. n. 9, jan. 2008.

AMAL, Mohamed; SEABRA, Fernando. *Determinantes do investimento direto externo (IDE) na América Latina: uma perspectiva institucional*. 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A076.pdf>> Acesso em: 5 mar. 2008.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÃO E INVESTIMENTOS (APEX). *Recursos Naturais*. Disponível em:

<<http://www.apexbrasil.com.br/interna.aspx?id=274>> Acesso em: 03 jun. 2008.

_____. APEX. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/interna.aspx?id=1>> Acessado em 09 jun. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Investimento estrangeiro direto*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INVEDIR>> Acesso em: 7 jun. 2008.

BRASIL. *Decreto de 30 de agosto de 2004*. Cria a Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10271.htm> Acesso em 4 jun. 2008.

BRASIL. Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L4131.htm>> Acesso em: 10 fev. 2008.

BRASIL. Lei n. 4.390, de 29 de agosto de 1964. Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L4390.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2008.

BRASIL. Lei n. 11.508, de 20 de julho de 2007. Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11508.htm>. Acesso em: 07 jan. 2008.

BRAZILTRADENET. *Sistema de Promoção de Investimentos (SIPRI)*. Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/Investimentos/P/sipri.aspx>> Acesso em: 7 jun. 2008.

_____. *Investindo no Brasil*. Disponível em:

<<http://www.braziltradenet.gov.br/CDINVESTIMENTO/>> Acesso em: 7 jun. 2008.

CÂMARA DE COMÉRCIO HOLANDO-BRASILEIRA (DUTCHAM). *Balance the Netherlands - Brazil*. Disponível em: <<http://www.dutcham.com.br/stats.html>> Acesso em: 6 jun. 2008.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*. Disponível em:

<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> Acesso em: 6 jun. 2008.

CHRISTIANSEN, Hans; OMAN, Charles; CHARLTON, Andrew. *Incentives-based Competition for Foreign Direct Investment: The Case of Brazil*. Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). Working Papers on International Investment 2003/1. OCDE Publishing. Mar 2003. p. 8.

DANTAS, José Guaraci; ARAÚJO, Carlos Antônio Lopes de (Org.). *Instrumentos de apoio ao setor produtivo: onde buscar apoio para o seu negócio*. 3. ed. Brasília: MDIC, SDP, 2004.

ECONOMIANET. *Financial Times diz que Brasil pode ser contaminado pela crise da Argentina*. 2001. Disponível em:

<http://www.economiabr.net/2001/08/01/br_crise_ar.html> Acesso em: 25 mai. 2008.

THE Economist Intelligence Unit. *World investment Prospects to 2011: Foreign direct investment and the challenge of political risk*. The Economist Group, 2007.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Economia & negócios*. 2008. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2008/02/10/eco-1.93.4.20080210.1.1.xml>> Acesso em: 03 jun. 2008.

FILHO Ernani Teixeira Torres Filho; PUGA Fernando Pimentel (ORG). *Perspectivas do investimento 2007/2010*. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. Rio de Janeiro: BNDES 2007.

GEOHIVE. *Current world population (ranked)*. Disponível em:

<<http://www.xist.org/earth/population1.aspx>> Acesso em: 6 jun. 2008.

O GLOBO ONLINE. *Recursos naturais são "alquimia brasileira", diz colunista do NYT em Fórum Nacional*. 2008. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/05/26/recursos_naturais_sao_alquimia_brasil_diz_colunista_do_nyt_em_forum_nacional-546513176.asp> Acesso em: 03 jun. 2008.

GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes de. *O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*. 2005. Disponível em:

<http://www.cebri.org.br/09_visualizapdf.cfm?nrSecao=3> Acesso em 19 out, 2007.

GUIA legal para o investidor estrangeiro no Brasil = Legal guide for the foreign investor in Brazil. – [8.ed.] – Brasília: Ministério das Relações Exteriores: São Paulo: CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

HANSON, Gordon H. *Should Countries Promote Foreign Direct Investment?* UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. United Nations, 2001.

INTERNATIONAL Monetary Fund. *World Economic Outlook: Housing and the business cycle*. Abr. 2008.

JORGE, Marina Filgueiras. *Investimento estrangeiro direto e inovação: um estudo sobre ramos selecionados da indústria no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para Discussão n. 1327, fev. 2008.

KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. São Paulo: Futura, 1997.

LACERDA, Antonio Corrêa de. Cuidado com a vulnerabilidade externa/Opinião. *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 3 jun. 2008. Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=460731> Acesso em: 3 jun. 2008

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Relatório de atividades e histórico*. Disponível em:

<<http://investimentos.desenvolvimento.gov.br/arquivos/RENAI-relatoriodeatividades-site.pdf>> Acesso em: 9 jun. 2008.

MULTILATERAL Investment Guarantee Agency. *Perspectives: 'South-South' FDI and Political Risk Insurance: Challenges and Opportunities*. World Bank Group. Jan 2008. Disponível em <http://www.pri-center.com/documents/south_south/report.pdf>. Acesso em 13 mai. 2008.

OTTA, Lu Aiko. Missões da apex também vão correr atrás de investimentos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 18 out. 2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=84565> Acesso em: 10 jun. 2008

PRICEWATERHOUSECOOPERS. *Capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2000. – (série legis-empresa; 3).

PORTAL EXAME. *Multinacionais: Brasil tem pouca mão de obra qualificada*. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/m0149213.html>> Acesso em: 3 jun. 2008.

_____. *Brasil cairá em ranking de mão-de-obra qualificada*. Disponível em: <<http://www.portalexame.abril.com.br/gestaoepessoas/m0139363.html>> Acesso em: 3 jun. 2008.

PORTO GENTE. *Notícias: Comércio Exterior*. 2006. Disponível em: <<http://www.portogente.com.br/texto.php?cod=4112>> Acesso em: 6 jun. 2008.

RODRIGUES, Denise Andrade; CARDOSO, Cilene Ribeiro; CRUZ, Natália Rego. “A volta ao crescimento econômico sinalizada pelos anúncios de investimentos em 2004”. Disponível em: <http://sistemasweb.desenvolvimento.gov.br/INVESTIMENTO_WEB/arquivos/invAnuBn des.pdf>. Acesso em: 19 out, 2007.

SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun., 2002.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; PUGA, Fernando Pimentel. (Org.). *Perspectivas do investimento 2007/2010*. Rio de Janeiro: BNDES, 2007.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *FDIStat*. 2007. Disponível em:

<<http://stats.unctad.org/fdi/ReportFolders/ReportFolders.aspx>> Acesso em: 10 mai. 2008.

_____. Press Release 2008/001. Abr. 2008.

_____. *World Investment Prospects Survey 2007 – 2009*. United Nations. New York and Geneva, 2007. Disponível em:

<http://www.unctad.org/en/docs//wips2007_en.pdf>. Acesso em 11 out. 2007.

_____. *World Investment Report 2007*. United Nations, 2007. Disponível em:

<<http://stats.unctad.org/FDI/ReportFolders/ReportFolders.aspx>>. Acesso em 08 mai. 2008.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? – Formação Bruta de Capital Fixo. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Brasília, n. 3. 1 out. 2004. Disponível em:

<<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/3/artigo13159-1.php>> Acesso em: 25 mai. 2008.

WORLD WILD FUND (WWF). *Você sabia que....* 2008. Disponível em:

<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/meio_ambiente_brasil/agua/voce_sabia_aguas/index.cfm> Acesso em 03 jun. 2008.

ZERBINI, Eugenia (Coord.). et al. Investimentos. In: THORSTENSEN, Vera; JANK, Marcos S. (Coordenadores). *O Brasil e os Grandes Temas do Comércio Internacional*. São Paulo: Lex Editora; Aduaneiras, 2005.

APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas realizadas

Local	Data	Nome	Cargo
Brasília, Brasil	28 de maio de 2008	Deisy Barreto	Assessora da Casa Civil
Brasília, Brasil	29 de maio de 2008	Rodrigo de Azeredo	Conselheiro da Divisão de Programas de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil
Brasília, Brasil	04 de junho de 2008	Eduardo André de Brito Celino	Coordenador-Geral de Investimentos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior